



RELATÓRIO ANUAL

CDEICS

Comissão de
Desenvolvimento
Econômico, Indústria,
Comércio e Serviços

2016





RELATÓRIO ANUAL

CDEICS

Comissão de
Desenvolvimento
Econômico, Indústria,
Comércio e Serviços

2016

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

**55^a LEGISLATURA 2015-
2019**

2^a SESSÃO LEGISLATIVA

Presidente

Rodrigo Maia

Partido/UF: DEM-RJ

1º Vice-Presidente

Waldir Maranhão

Partido/UF: PP-MA

2º Vice-Presidente

Giacobo

Partido/UF: PR-PR

Secretários

1º Secretário

Beto Mansur

Partido/UF: PRB-SP

2º Secretário

Felipe Bornier

Partido/UF: PROS-RJ

3ª Secretária

Mara Gabrilli

Partido/UF: PSDB-SP

4º Secretário

Alex Canziani

Partido/UF: PTB-PR

Suplentes de Secretários

1º Suplente

Mandetta

Partido/UF: DEM-MS

2º Suplente

Gilberto Nascimento

Partido/UF: PSC-SP

3ª Suplente

Luiza Erundina

Partido/UF: PSOL-SP

4º Suplente

Ricardo Izar

Partido/UF: PP-SP

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços:

Presidente: [Laercio Oliveira](#) (SD/SE)

1º Vice-Presidente: [Aureo](#) (SD/RJ)

2º Vice-Presidente: [Lucas Vergilio](#) (SD/GO)

3º Vice-Presidente: [Jorge Côrte Real](#) (PTB/PE)

Corpo Técnico:

Secretária-Executiva

Giovanna Francesca Mascarenhas Puricelli

Andressa Paranhos Guimarães

Cecília Maria Luli

Eliseu Malaquias de Souza Filho

Jorge José Alves

Sara Teixeira Santos

Sara Morais Oliveira

Programa Pró-Adolescente:

Adriel Alves de Oliveira Mariano

Daniel Rodrigues de Sousa (Cesam)

SUMÁRIO

Apresentação	07
Membros	09
Cdeics em números	12
Notícias da CDEICS	14
Anexos	65
Imprensa	66
Proposições aprovadas	69
Proposições rejeitadas	78
Eventos	83
Emendas orçamentárias	86



LAÉRCIO OLIVEIRA SD77
DEPUTADO FEDERAL

APRESENTAÇÃO

Assumi a presidência da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços em um ano de grave crise, em que a atividade econômica recuou na indústria, comércio e no setor de serviços. Por esse motivo, o desafio de assumir essa comissão foi amplificado.

Neste momento, a Cdeics é uma das principais comissões da Câmara dos Deputados e está no centro das necessidades do Brasil. Por isso, realizamos diversos debates setoriais com segmentos do setor produtivo brasileiro que apresentaram os entraves que dificultam a atuação do setor econômico que representam. Indústria, comércio, construção civil, turismo, serviços financeiros, setor imobiliário entre outros realizaram debates. O objetivo foi atuar como “porta-voz” dessas reivindicações e levá-las ao conhecimento do Poder Executivo. Por meio desse instrumento legislativo, sugerimos providências ao Poder Executivo no sentido da apresentação de projetos ou outra realização prática de gestão.

Além disso, realizamos as reuniões ordinárias onde apreciamos a partir de maio de 2016, portanto com alguns meses de atraso por questões políticas da Câmara, 113 projetos de lei que estavam na sua pauta. Propus um ano de celeridade na apreciação dos projetos que tramitam na Comissão. Parte desses projetos promovem melhorias operacionais para micro e pequenas empresas do país. Procuramos atuar com foco nos principais desafios econômicos e sociais do nosso país.

Sabemos que o Brasil precisa de uma nova e duradoura perspectiva de crescimento e melhoria das condições de vida. As empresas precisam retomar o crescimento e gerar empregos.



Deputado Laércio Oliveira
Presidente CDEICS



Agricultura proeminente no mundo

<Produtos Agrícolas>

- 1. Agregar valor aos produtos agrícolas
- 2. Apoio às pequenas produtoras agrícolas
- 3. Aprimoramento na tecnologia de análises

<Produtos Animais>

- 4. Melhor posicionamento como um grande país exportador
- 5. Formação e desenvolvimento de mercado de diversos produtos animais



Membros
da
Comissão

PRESIDENTE



DEP. LAERCIO JOSÉ DE OLIVEIRA
(SD-SE)

VICES



DEP. AUREO (SD-RJ)



DEP. JORGE CÔRTE (PTB-PE)



DEP. LUCAS VERGÍLIO (SD-GO)

TITULARES



DEP. HELDER SALOMÃO (PT-ES)



DEP. JOÃO ARRUDA (PMDB-PR)



JORGE BOEIRA (PP-SC)



DEP. JOSÉ ADAIL CARNEIRO
(PP-CE)



DEP. KEIKO OTA (PSB-SP)



DEP. MARCOS REATEGUI
(PSD-AP)



DEP. MAURO PEREIRA (PMDB-RS)



DEP. OTÁVIO LEITE (PSDB-RJ)



DEP. PASTOR EURICO (PHS-PE)



DEP. RENATO DELMAR MOLLING
(PP-RS)



DEP. RONALDO MARTINS
(PRB-CE)



DEP. ROSÂNGELA GOMES
(PRB-RJ)

SUPLENTES



DEP. LUIS ANTÔNIO COVATTI
(PP-RS)



DEP. ANTONIO GOULART (PSD-SP)



DEP. AUGUSTO COUTINHO
(SD-SE)



DEP. CHICO LOPES (PCdoB-CE)



DEP. ENIO VERRI (PT-PR)



DEP. FERNANDO D. TORRES
(PSD-BA)



DEP. HERCULANO PASSOS
(PSD-SP)



DEP. JOSINIANE NUNES (PMDB-TO)



DEP. JOSINIANE NUNES (PMDB-TO)



DEP. JULIO CESAR (PSD-PI)



DEP. LUIZ CARLOS RAMOS
(PTN-RJ)



DEP. LUIZ NISHIMORI (PR-PR)



DEP. MARCELO ALVARO (PR-MG)



DEP. MARCELO MATOS (PHS-RJ)



DEP. MARIA C. SAMPAIO (PP-AM)



DEP. MARINALDO ROSENDO
(PSB-PE)



DEP. ROGERIO MARINHO
(PSDB-RN)



DEP. VINICIUS CARVALHO
(PRB-SP)



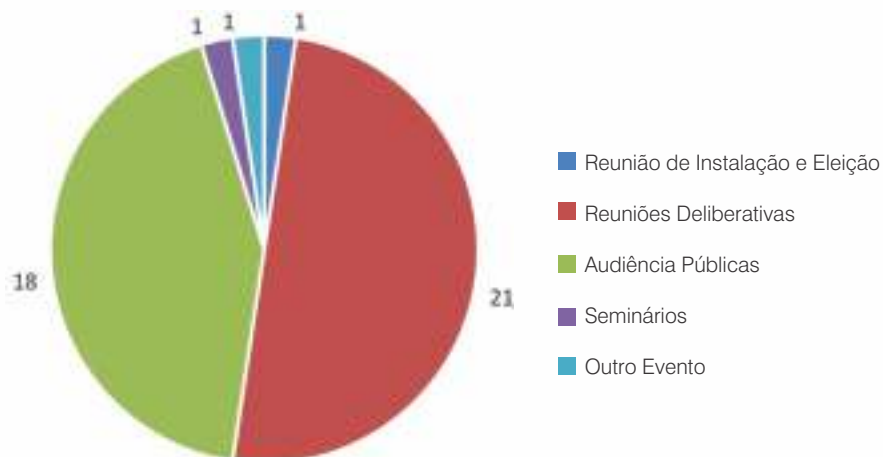
DEP. ZECA CAVALCANTI
(PTB-PE)



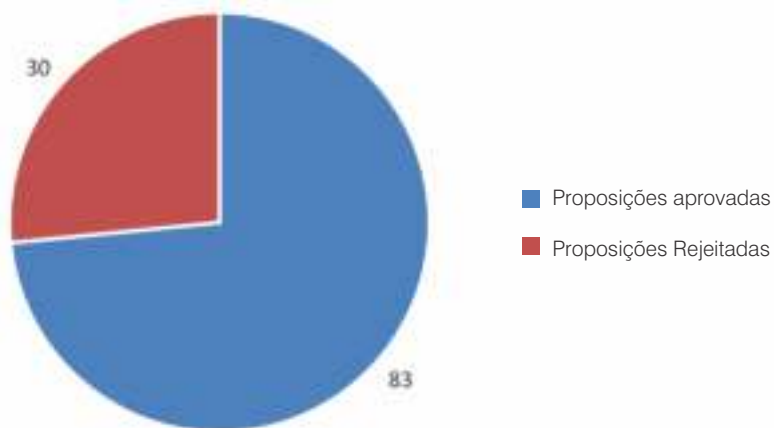
CDEICS em números

CDEICS EM NÚMEROS (14/12/2016)

Reunião de Instalação e Eleição 1
Reuniões Deliberativas 21
Audiências Públicas 18
Seminários 1
Outro Evento 1
Total 42



Proposições aprovadas 83
Rejeitadas 30
Total 113



Obs: Das proposições aprovadas, 10 referem-se a Projetos de Decreto Legislativo, 68 a Projetos de Lei e 5 a Projetos de Lei Complementar.

Das proposições rejeitadas, 29 referem-se a Projetos de Lei e 1 a Projeto de Lei Complementar.



Notícias da CDEICS

LAÉRCIO OLIVEIRA, DO SOLIDARIEDADE, PRESIDE A CDEICS EM 2016

03/05/2016

Lúcio Bernardo Jr/Câmara dos Deputados



O deputado federal Laercio Oliveira, do Solidariedade, assume a presidência da CDEICS

Deputado federal de Sergipe pelo partido Solidariedade, Laercio Oliveira foi eleito presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados. O deputado, eleito na terça-feira, 3 de maio, pelo colegiado, comandará a comissão em 2016. A eleição dos vice-presidentes da comissão será realizada em outra data a ser confirmada.

Empossado, o novo presidente destacou que a CDEICS “tem sintonia” com o momento de crise que o país atravessa. “Cabe à Comissão o papel fundamental de fazer o debate e apontar caminhos. Ser um embrião de propostas. Não podemos ficar quietos e acomodados. Precisamos chamar os setores que fazem a economia deste país”.

Egresso de entidades de classe do setor de comércio e serviços, Laercio Oliveira afirmou que terá o setor de serviços, que

representa cerca de 70% do PIB, como uma de suas prioridades.

Laercio agradeceu ao partido pela indicação de seu nome à presidência da Comissão e destacou o trabalho realizado pelo deputado Júlio Cesar (PSD/PI), que deixou a presidência, “pela presteza e espírito colaborativo”.

Crise que se agrava

O deputado Júlio Cesar se despediu da presidência da comissão também fazendo referência à crise econômica do país, afirmando que ela se agrava.

“A cada mês diminuem as receitas e o Governo não consegue cortar gastos. Há um desequilíbrio fiscal muito grande e aumento no déficit da Previdência Social”, disse o parlamentar em breve análise da conjuntura econômica do país.

COLEGIADO APROVA FORMAS DE PROCEDER NESTA SESSÃO LEGISLATIVA

04/05/2016

Josué Nogueira/Assessoria de Imprensa



Deputado Júlio Cesar inaugura foto e entra para a galeria de ex-presidentes da CDEICS

Na primeira reunião do ano, realizada em 4 de maio, o colegiado da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços aprovou propostas de procedimentos a serem adotados ao longo da sessão legislativa de 2016. Conheça as medidas aprovadas para atuação da CDEICS.

Procedimentos aprovados pelo colegiado da CDEICS

Em relação a:

1 - Eventos

1.1 - A logística de eventos realizados fora do edifício sede da Câmara dos Deputados será de responsabilidade do Deputado solicitante;

1.2 - Após a aprovação de requerimento para a realização de Audiência Pública que se refira a alguma proposição em tramitação na comissão, será dado o prazo de até dois meses para a realização do evento. Após esse prazo a proposição seguirá o seu rito ordinário;

2 - Relatoria

2.1 - Os pedidos de relatoria de proposições deverão ser encaminhados para o e-mail da comissão (cdeic@camara.leg.br) e estarão sujeitos à análise do presidente;

3 - Pauta da Reunião Deliberativa

3.1 - Para constarem das pautas das reuniões deliberativas os requerimentos deverão ser protocolados na Comissão até às 19 horas do dia anterior. Após esse prazo, somente poderão constar da pauta da reunião como matéria extrapauta, com apoio de 1/3 dos membros, submetido à votação nominal;

3.2 - Alterações na pauta desta Comissão poderão ser efetuadas até às 19 horas do dia antecedente à realização da reunião;

4 - Requerimentos de Retirada de Pauta

4.1 - Os Requerimentos de retirada de pauta devem ser apresentados e/ou subscritos preferencialmente até o início da reunião;

4.2 - Há necessidade da presença do(a) parlamentar no momento da votação do requerimento;

4.3 - Caso o parlamentar não esteja presente e o requerimento não tenha sido subscrito previamente, o mesmo será considerado prejudicado;

4.4 - Os Requerimentos de retirada de pauta se aplicarão apenas à reunião em curso e serão apreciados no momento em que a respectiva matéria for anunciada;

4.5 - As retiradas de proposições da Ordem do Dia, a requerimento de parlamentar, serão limitadas a duas vezes (a contar do início da sessão legislativa). Da próxima vez que constarem na pauta, serão deliberadas.

5 - Designação de relator substituto

5.1 - Proposições constantes da Ordem do Dia sem a presença do Relator, serão retiradas de pauta de ofício, pelo Presidente, uma vez. Na segunda vez que constarem, persistindo a ausência do Relator, será



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

designado Relator Substituto;

5.2 - O relator substituto poderá oferecer parecer oral ou escrito na mesma reunião ou posteriormente, se julgar mais adequado;

6 - Inversão de pauta

6.1 - Os requerimentos de inversão de pauta devem ser apresentados no início da reunião e serão votados em bloco. A votação da matéria respeitará a ordem de apresentação do requerimento;

6.2 - O autor deve estar presente no momento da votação do requerimento;

6.3 - Caso o parlamentar não esteja presente e o requerimento não tenha sido subscrito previamente, o mesmo será considerado prejudicado;

7 - Pedidos de vista

7.1 - O pedido de vista só poderá ser formulado após a leitura do parecer do relator.

PL APROVADO PERMITE QUE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE ALONGUEM DÍVIDA TRIBUTÁRIA

04/05/2016

Em momento de forte retração da economia, o parcelamento de débitos fiscais visa estimular a regularização de empresas em situação de inadimplência, o aumento da arrecadação tributária e a sobrevivência de micro e pequenas empresas, observou o relator Jorge Côrte Real (PTB/PE) em seu parecer.

“O alongamento do perfil das dívidas tributárias é um recurso válido e plenamente justificável, considerando a situação de crise econômica e a necessidade de preservação do emprego e da renda do trabalhador”, destacou o relator sobre a proposta (PL 2298/15) do presidente da CDEICS, deputado Laercio Oliveira (SD/SE).

A proposta permite o parcelamento das dívidas com a Fazenda em até 101 parcelas mensais.

Na discussão do mérito, o deputado Helder Salomão (PT/ES) lembrou que o Projeto de Lei Complementar 25/2007, aprovado na Câmara, e em análise no Senado, se refere ao mesmo tema. O parlamentar disse que aquela proposta terá dificuldades em ser aprovada no formato original na outra Casa legislativa. Já o deputado Otávio Leite (PSDB/RJ) observou que diante da obstrução da matéria que tramita no Senado, a aprovação do novo PL se torna ainda mais importante.

A matéria aprovada será apreciada ainda pela Comissão de Finanças e Tributação e pela Comissão de Constituição e Justiça.

Antonio Augusto/Câmara dos Deputados



Deputado Jorge Côrte Real na primeira reunião ordinária da comissão

PROPOSTA DE AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PASSA NA CDEICS

04/05/2016

Antonio Augusto/Câmara dos Deputados



O relator da matéria, deputado Júlio Cesar

Projeto oriundo do Senado serve como compensação de quase dois bilhões de reais para estados, municípios e o Distrito Federal pelas perdas referentes à entrada em vigor da Lei Kandir (Lei Complementar 87/96).

Para o relator, deputado Júlio Cesar (PSD/PI), a proposta de auxílio financeiro, relativa a 2015, com objetivo de fomentar as exportações do país decorre do fato de que não existe provisão financeira permanente destinada aos entes federados.

Na discussão de mérito, o deputado Helder Salomão (PT/ES) afirmou que a proposta (PL 3410/15) poderá se

tornar inócua até o final de sua tramitação pelas comissões da Câmara. É que a MP 720/16, em vigor desde março, presta o mesmo auxílio financeiro de R\$ 1,95 bilhão a estados e municípios, divididos em três prestações iguais de R\$ 650 milhões, com a primeira parcela paga em abril, e outras duas com vencimento para maio e junho.

O relator observou que o auxílio financeiro compensatório não representa medida unilateral do Poder Executivo, “mas é fruto de amplo acordo federativo vinculado ao reconhecimento da contribuição de todos os entes federados no esforço de expansão das exportações”.

COMISSÃO FACILITA ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS AUDITIVAS A PROGRAMAS DE RÁDIO E TV

09/05/2016

TV Câmara/Reprodução



A deputada federal Conceição Sampaio (PP/AM)

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços aprovou proposta que determina que fabricantes de receptores de rádio e de televisão disponibilizarão, sob demanda do consumidor, aparelhos fabricados com saída de áudio compatível com fones de ouvido. O objetivo da proposta é facilitar o acesso das pessoas com deficiências auditivas leves ou moderadas aos programas de Rádio e TV.

Do corpo técnico consultivo, o parlamentar recebeu sugestões. Entre elas, a de atuar por meio de indicações legislativas. Proposta aceita pelo presidente da CDEICS que, por meio desse instrumento legislativo, pode sugerir providências ao Poder Executivo no sentido da apresentação de projetos ou outra realização prática de gestão.

O texto aprovado é o substitutivo do Senado ao PL 7033/06, do deputado licenciado Arolde de Oliveira, já aprovado pela Câmara. A proposta aprovada pelos deputados determinava que 30% dos aparelhos de rádio e TV fabricados no Brasil tivessem saída de áudio para

fones de ouvido, com ajuste independente de volume. Já o texto original do projeto previa que a cota de aparelhos com o dispositivo seria de 50%.

O parecer da relatora, deputada Conceição Sampaio (PP-AM), foi pela aprovação da emenda do Senado Federal. “O substitutivo do Senado aperfeiçoa o projeto de lei original, pois, ao permitir o atendimento da demanda livremente, produz uma alocação mais eficiente de recursos”, disse.

A deputada destacou que, entre as pessoas com perda auditiva parcial, estão cerca de 70% dos idosos. “E, considerando a sua acelerada taxa de crescimento, a previsão é que, em 2025, o Brasil tenha a sexta maior população de idosos do mundo, em termos absolutos”, acrescentou.

Já aprovada pela Comissão de Seguridade Social e Família, a proposta será analisada agora, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. (Da Agência Câmara)

PRESIDENTE DA CDEICS QUER CONHECER ENTRAVES DO EMPRESARIADO E PROPOR SOLUÇÕES AO EXECUTIVO

10/05/2016

Em encontro com consultores legislativos das áreas de economia e de orçamento da Câmara, na manhã da terça-feira 10/5, o presidente da CDEICS, deputado Laercio Oliveira, afirmou que pretende trazer à Câmara segmentos do empresariado brasileiro para que possam apresentar os entraves que dificultam a atuação do setor econômico que representam. Laercio Oliveira disse que quer atuar como uma espécie de “porta-voz” dessas reivindicações e levá-las ao

conhecimento do Poder Executivo.

Do corpo técnico consultivo, o parlamentar recebeu sugestões. Entre elas, a de atuar por meio de indicações legislativas. Proposta aceita pelo presidente da CDEICS que, por meio desse instrumento legislativo, pode sugerir providências ao Poder Executivo no sentido da apresentação de projetos ou outra realização prática de gestão.

Antonio Augusto/Câmara dos Deputados



O deputado Laercio Oliveira em reunião com consultores legislativos

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO APROVA CONVITES PARA OUVIR MINISTROS HENRIQUE MEIRELLES E MARCOS PEREIRA

18/05/2016

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços quer ouvir uma análise crítica do novo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, sobre a atual conjuntura econômica do país. Além de formular o convite para que possam sabatar Meirelles, os parlamentares também aprovaram requerimento para que o ministro da Indústria, Comércio e Serviços, Marcos Pereira, apresente um plano e as estratégias de exportação de sua gestão.

Também são aguardados na Comissão, o futuro presidente da Petrobras e a diretoria financeira a ser nomeada, para uma audiência pública a ser realizada. Os parlamentares querem conhecer melhor a atual situação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

“Debates Setoriais”

A CDEICS aprovou ainda a realização de uma série de audiências públicas batizadas pelo presidente da Comissão, deputado Laercio Oliveira, como “Debates Setoriais”. A proposta é identificar e propor soluções aos entraves econômicos dos vários setores da economia nacional.

O presidente da CDEICS justificou a realização dessa série de debates:

“Propor e organizar debates sobre variados temas vinculados ao desenvolvimento econômico brasileiro é de alta significância em um momento de crise econômica de largas proporções. O momento clama pelo debate entre as mais variadas fontes do empresariado e pela análise dos desafios estratégicos que são propostos aos entes governamentais”.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



O presidente da CDEICS, Laercio Oliveira e o presidente da CNI, Robson Andrade

DEPUTADOS COBRAM MAIOR PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO EMPRESARIADO

18/05/2016

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



O presidente da CDEICS, Laercio Oliveira, e o presidente da CNI, Robson Andrade

“Que a indústria não negue a política”, destacou o deputado Evair de Melo (PV/ES). O parlamentar cobrou um posicionamento empresarial mais presente, atuante e participativo no Congresso. A cobrança do parlamentar se deu após a apresentação da Agenda Legislativa da Indústria pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Andrade. O trabalho destaca 121 proposições legislativas escolhidas em um universo de cinco mil que tramitam no Congresso. Desse resumo, 14 foram eleitas pela CNI como pauta mínima.

A participação política empresarial não deve ser apenas “pontual e espasmódica”, disse o deputado Jorge Côrte Real (PTB/PE), eleito terceiro vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços na manhã da terça-feira (18/5). “Falta uma cultura dos empresários de discutir, de fazer o enfrentamento. Existe uma cultura patronal de ficar no chão de fábrica”, complementou o presidente da CDEICS, deputado Laercio Oliveira.

O deputado Alceu Moreira (PMDB/RS) lembrou que, ao empresariado, faltou um trabalho de pressão sobre os parlamentares, quando um grupo de deputados atuou de forma frustrada para atenuar os efeitos da Norma Regimental 12 (NR 12), do Ministério do Trabalho. A norma dispõe sobre a proteção e segurança do trabalhador em máquinas.

Para o presidente da CNI, Robson Andrade, a cobrança dos deputados é justa. Ele afirmou que o diálogo com os parlamentares pode ter sido falho e disse que, a partir desta vigésima-primeira edição da Agenda Legislativa, a defesa de posições do setor industrial

brasileiro reduz as propostas “corporativistas” e amadurece as que têm como escopo reformas estruturais do país.

Andrade elencou, na pauta fundamental da CNI, propostas sobre tributação, relações de trabalho, segurança jurídica, infraestrutura, financiamento, comércio exterior e inovação.

Pediu a reforma previdenciária, a modernização do regime tributário e a reforma da legislação do ICMS. Criticou a legislação trabalhista, defendeu a regulamentação da terceirização e de uma sustação ou alteração do texto da NR 12.

O representante patronal defendeu o fomento à inovação e às exportações. “A exportação é o caminho seguro para recuperar a indústria brasileira”, afirmou.

O empresariado não defendeu pretensões do governo de criação de novos impostos. Alguns parlamentares afirmaram que qualquer proposta no sentido da recriação da CPMF, ou de novos tributos, será mal recebida pelo Congresso.

Conheça as pautas legislativas priorizadas pela CNI no endereço virtual abaixo:

<http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes-e-estatisticas/publicacoes/2016/4/29.1012/agenda-para-o-brasil-sair-da-crise-2016-2018.html>

CNI CRITICA GOVERNO POR CONVERSAR SOMENTE COM AS CENTRAIS SINDICAIS

19/05/2016

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Matéria publicada no DCI sobre o debate na Cdeics que trouxe o presidente da CNI, Robson Andrade, para falar sobre os problemas da Indústria.

Brasília - O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, manifestou ontem descontentamento com o governo do presidente interino Michel Temer (PMDB) por ter conversado apenas as centrais sindicais para discutir a reforma da Previdência Social.

Depois da crítica, feita durante reunião na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados, a CNI divulgou pesquisa dando conta de que 65% dos brasileiros concordam com a idade mínima para aposentadoria.

Na Câmara, Andrade elogiou como "acertadíssima" a decisão de Temer ao transferir a Previdência para o Ministério da Fazenda, ao comando do ministro Henrique Meirelles. "Só ali [Fazenda] pode sair alguma coisa, mas tenho preocupação quando vejo a

Fazenda conversando só com as centrais sindicais e chamando elas, porque elas sindicais vão ser contra", criticou e disparou contra as centrais sindicais: "Eu falo isto para os próprios presidentes das entidades. Central Sindical não está preocupada com o trabalhador. Está preocupada com a contribuição financeira que os trabalhadores dão para elas. Estão preocupados é com o tanto de dinheiro que têm. Agora, se tem trabalhador ou não tem, não é uma preocupação deles", disparou. O presidente da CNI se referiu à reunião promovida no Palácio do Planalto na segunda-feira passada (16) e ao grupo de trabalho criado pelo governo com representantes de centrais para discutir a reforma previdenciária e apresentar uma proposta em 30 dias.

O GT ficou sob a coordenação do ministro da Casa Civil, Eliseu

Padilha, com a participação dos ministros da Fazenda e do Trabalho, Ronaldo Nogueira, além de representantes de quatro entidades sindicais.

Também estiveram da reunião o presidente licenciado da Força Sindical, o deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), um dos mais ativos defensores do impeachment da presidente Dilma Rousseff, além de representantes da UGT (União Geral dos Trabalhadores), da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) e da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros).

Da reunião não participaram da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), que consideram ilegítimo o governo Michel Temer.

Terceirização e negociação

O presidente da CNI foi convidado à audiência na Câmara pelo novo presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, deputado Laércio Oliveira (SD-SE), para iniciar um ciclo de audiências que serão realizadas para debater a crise econômica com os principais segmentos empresariais do País.

"Estamos reunindo contribuições para encontrar alternativas ao quadro em que o País se encontra", justificou o parlamentar, que é empresário do setor de serviços e é um dos vice-presidentes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Andrade aproveitou a audiência para distribuir entre os parlamentares o documento "Agenda para o Brasil sair da crise" divulgado ontem pela entidade sobre as sugestões entregues ao presidente da República interino, Michel Temer, no início deste mês, com 36 medidas sugeridas para ser implementadas pelo

governo federal, no período de 2016-2018.

Além da reforma da Previdência, o presidente da CNI defendeu temas polêmicos que dividem empregadores e empregados da iniciativa privada, a exemplo da terceirização de mão de obra em todas as atividades das empresas.

Andrade também defendeu, entre outros pontos, a valorização da negociação coletiva sobre as leis trabalhistas.

"As empresas estrangeiras veem o Brasil como um celeiro de oportunidades, mas vão investir em outros países por causa da insegurança jurídica nas relações trabalhistas", afirmou, alegando que cada juiz decide de forma diferente.

Na Agenda da Confederação Nacional da Indústria estão ainda as seguintes propostas: sustar ou alterar o texto da Norma Regulamentadora nº 12 (sobre segurança no trabalho em máquinas e equipamentos); adotar o princípio do crédito financeiro do PIS-Cofins; convalidar os incentivos fiscais do ICMS; rever o regime de partilha em óleo e gás; simplificar o licenciamento ambiental: assegurar que os recursos para a inovação cheguem às empresas.

Apoio à reforma

Além de mostrar que 65% dos pesquisados concordam com a idade mínima para aposentadoria, a pesquisa encomendada pela CNI junto ao Ibope Inteligência indicou também um crescimento no número de brasileiros que apoiam a reforma da Previdência, com equiparação do tempo de contribuição para todos os brasileiros.

Dos entrevistados, a pesquisa mostra que 75% preferem mudanças nas regras da aposentadoria para garantir a sustentabilidade do regime.

Por Abnor Gondim DCI.

APROVADA PROPOSTA QUE REDUZ ALÍQUOTAS DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA BRUTA

24/05/2016

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Deputado Laercio Oliveira, presidente da CDEICS

Empregadores que se encontravam desestimulados em optar pela contribuição previdenciária alternativa após forte aumento de alíquotas em 2015, terão redução percentual, conforme estabelece o Substitutivo ao PL 1762/15, do deputado Laercio Oliveira. A proposta torna a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta obrigatória.

Para ampliar receitas, o Governo Federal aumentou em 2015 as alíquotas da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta das empresas, de 1% e 2%, para 2,5% e 4,5%. Essa majoração tributária repentina, de mais de 200%, levou empresários a ver como opção tributária mais viável o recolhimento de 20% sobre a folha de salários. Mas, essa opção, segundo economistas, desestimula a criação de novos empregos.

Para ampliar a receita do empregador diante da majoração de

tributos, o Substitutivo do deputado Laercio Oliveira, aprovado na terça-feira, 24 de maio, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, propõe fixar a alíquota de contribuição em 3% sobre a receita bruta da empresa até 31 de dezembro de 2018, quando volta a vigorar a alíquota de 2%.

De acordo com o parlamentar, a fixação de um prazo máximo para a nova alíquota “permitirá a reavaliação pelo Parlamento dos efeitos desse aumento da carga tributária e da necessidade de sua vigência”.

A proposta fixa, como exceção, alíquotas especiais de 1,5% para o setor calçadista. O Substitutivo aprovado segue agora para análise da Comissão de Finanças e Tributação.

LAÉRCIO FALA NA TV CÂMARA SOBRE DEBATES COM A PARTICIPAÇÃO DE DIVERSOS SEGMENTOS ECONÔMICOS

01/06/2016

Em entrevista à TV Câmara, exibida em 1 de junho, o presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, deputado Laércio Oliveira, afirmou que está trazendo à Câmara segmentos do setor produtivo brasileiro para que possam apresentar os entraves que dificultam a atuação do setor econômico que representam. A primeira reunião tratou dos problemas enfrentados pela indústria brasileira e contou com a presença do presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Andrade.

Laércio disse que vai atuar como uma espécie de “porta-voz” dessas reivindicações e levá-las ao conhecimento do Poder Executivo.

Estão previstas ainda reuniões para tratar de setores como construção civil, setor imobiliário, serviços financeiros, turismo, aumento do PIS/Cofins entre outras.

O parlamentar também esteve com o deputado federal Cleber Verde, secretário de Comunicação Social da Câmara dos Deputados para falar sobre a transmissão ao vivo pela TV Câmara dos debates da Cdeics.

“Também solicitei a disponibilização do Portal do E-democracia para as pessoas poderem participar ao vivo dos debates”, informou Laércio.



O objetivo é que eles apresentem os entraves que dificultam a atuação do setor econômico que representam.

COMPLEXO PETROQUÍMICO REQUER INVESTIMENTO DE US\$ 1,5 BILHÃO PARA COMEÇAR A OPERAR

07/06/2016

Lucio Bernardo Junior/Câmara dos Deputados



O deputado Otávio Leite (PSDB/RJ) dirigiu os trabalhos

Gerentes da Petrobras afirmaram em audiência pública realizada na terça-feira, 7 de junho, que a empresa petrolífera brasileira prepara para os próximos meses novo processo licitatório para concluir obras da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) e da unidade de geração de vapor e energia e de tratamento de água e efluentes do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. As obras foram paralisadas em outubro de 2015 e o consórcio construtor, liderado pela empresa Queiroz Galvão, rescindiu o contrato em março deste ano em razão de problemas financeiros. No empreendimento, foram investidos cerca de US\$ 500 milhões, e são necessários mais US\$ 1,5 bilhão para a conclusão desta primeira unidade do Comperj.

O complexo petroquímico que, em sua fase de pico de construção, contou com 35 mil funcionários trabalhando, hoje tem cerca de mil trabalhadores, e está praticamente paralisado.

“A conclusão da obra viabiliza a extração e o escoamento do gás do pré-sal. É um projeto de suma importância para a saúde financeira da Petrobras”, afirmou Frederico Nogueira, gerente geral de Transformação Física do Gás, ao deputado Otávio Leite

(PSDB/RJ), autor do requerimento da audiência e condutor dos trabalhos.

A construção da UPGN garantirá o escoamento da produção de gás natural dos campos de pré-sal da bacia de Campos, e permitirá a produção de até 21 milhões de metros cúbicos de gás/dia.

Além da UPGN, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro deverá contar com a unidade de refino Trem 1, com investimento estimado em US\$ 2,3 bilhões. Para sua construção, estão sendo avaliadas parcerias externas.

Do projeto inicial, em 2004, até hoje, o Comperj consumiu US\$ 14 bilhões em investimentos, disse o gerente geral do Complexo, Valter Shimura. A paralisação das obras frustrou as expectativas do município de Itaboraí, zona metropolitana do Rio, onde está localizado o Complexo. O município se preparava para a chegada de investimentos e abertura de postos de trabalho. De acordo com o deputado Otávio Leite, “o Comperj é de grande valor para o Rio de Janeiro e para os municípios de sua zona de influência”.

FOLHA DE S.PAULO PUBLICA ARTIGO DO DEPUTADO LAERCIO OLIVEIRA

10/06/2016

Banco de Imagens/Câmara dos Deputados



Deputado Laercio Oliveira, presidente da CDEICS

Sob o título “Ciclo vicioso do atraso”, artigo do presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços foi publicado na seção “Tendências e Debates” do jornal Folha de S.Paulo, nesta sexta-feira, dia 10 de junho.

Ciclo vicioso do atraso

Jornal Folha de S.Paulo – 10/06/2016

A equipe econômica do governo afastado deixou em curso iniciativas que aumentam ainda mais a carga tributária. Algumas já estão em análise no Congresso, como a CPMF e a elevação da tributação das empresas optantes pelo lucro presumido.

Outras aguardam decisão do novo governo para eventual envio, como a proposta de reforma do PIS (Programa de Integração Social) e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), cujas linhas

mestras foram apresentadas em diversas ocasiões.

Vendas para a sociedade como estratégias de “simplificação”, as mudanças planejadas no PIS/Cofins beneficiariam um pequeno conjunto de empresas, que já apuram as contribuições pelo regime não cumulativo, no qual se abatem créditos fiscais da aquisição de insumos.

Pela proposta, essas empresas passariam a usar o modelo de crédito financeiro, gerando um pequeno volume adicional de créditos de PIS/Cofins, hoje não compensáveis, obtendo alguma redução no valor final dos tributos.

Entretanto, a questão é bem mais ampla, com desvantagens muito significativas, podendo agravar a crise econômica e o desemprego.

A verdade é que a reforma prejudicará mais de 1 milhão de empresas e



seus trabalhadores, aumentando a carga fiscal e as obrigações acessórias. São empresas que estão em setores diversos, enquadrados no regime cumulativo do PIS/Cofins, ou pequenas e médias que optaram por usar o lucro presumido.

Pela reforma anunciada, essas empresas, que pagam hoje uma alíquota somada de PISD/Cofins de 3,65% sobre o faturamento, migrariam para pelo menos 9,25%. Elas passariam para o complexo regime não cumulativo, ampliando a já sufocante burocracia fiscal.

O Ministério da Fazenda divulgou a intenção de promover uma “reforma neutra”, sem aumento de imposto. Entretanto, a situação assemelha-se à reforma realizada no PIS/Pasep no passado (Medida Provisória 66/2002), que aumentou em 35% a arrecadação desses tributos, já no primeiro ano de sua vigência.

Seriam mais afetados os setores de educação, saúde, comunicação social, telecomunicações, segurança e informática, atingindo empresas que geram mais de 20 milhões de empregados.

Segundo o governo afastado, a mudança provocaria “aumentos abruptos de tributação sobre os setores que migrarem” para o modelo proposto. Assim, propôs criar alíquotas reduzidas e intermediárias, porém sem especificá-las.

A consequência dessa reforma seria o aumento da mensalidade escolar,

do plano de saúde, da conta de celular e de tantos outros serviços que pesam no bolso do cidadão, sem contar os efeitos deletérios sobre empresas, empregos e renda.

Em 2016, mais de 1 milhão de crianças e jovens foram forçados a migrar de escolas particulares para públicas devido ao custo das mensalidades. Com mais impostos, essa situação pode se agravar, inclusive com desemprego de professores, ampliando os gastos públicos e reduzindo a arrecadação.

O resultado acabará sendo a necessidade de aumentar novamente os impostos, o que reforçaria esse ciclo vicioso de atraso e desequilíbrio fiscal.

Em suma, as conclusões técnicas justificam manter o regime cumulativo para o setor de serviços, evitando agravar esse indesejável ciclo.

Espera-se que o caminho seja o de enxugar os gastos do Estado, e não sufocar ainda mais a iniciativa privada, em linha com os sinais emitidos pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Nessa direção, o Congresso Nacional estará pronto para contribuir para um novo ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico e social do Brasil.

LAERCIO OLIVEIRA, deputado federal (SD/SE), é presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados.

INDÚSTRIAS DE CALÇADOS, FUMO, BORRACHA E COURO CONTRARIAM TENDÊNCIA AO DESEMPREGO E TÊM ALTA EM 2016

14/06/2016

Setores industriais de exportação como calçados e fumo apresentaram aumento do emprego no início deste ano e contrariam o aumento drástico do desemprego no país, informou o representante do Ministério do Trabalho em audiência pública realizada pela CDEICS nesta terça-feira, 14 de junho. Apesar dos números positivos nesses setores industriais, e também no setor agrícola, o Ministério do Trabalho contabiliza mais de 1,9 milhão de brasileiros desempregados no período de um ano e quatro meses.

A maior parte desse contingente de desempregados trabalhava na indústria da transformação, que contabilizou quase 700 mil desempregados. Os setores de construção civil e comércio tiveram cada um, no período, redução de mais de 400 mil empregos e o de serviços, outros 320 mil.

“O desemprego está disseminado por quase todo o território nacional. Não se concentra em uma região específica”, afirmou Mário Magalhães, especialista em políticas públicas do Ministério do Trabalho. O estado de São Paulo, em números absolutos, é o estado com mais desempregados.

Magalhães disse que o combate ao desemprego será realizado pelos ministérios que gerenciam a economia brasileira. Mas ressaltou que o Ministério do Trabalho, para atenuar os efeitos da crise, estuda ampliar o número de parcelas do seguro-desemprego.

As estatísticas do Ministério apontaram também que caiu drasticamente o número de empregadores em 2016. Caiu também de forma significativa o número de empregados com carteira e sem carteira assinada.

Flávio Castelo Branco, gerente executivo da CNI, disse que a queda de empregos na indústria acontece desde 2013.

Para o gerente da entidade, a queda da massa salarial e a do índice de confiança no futuro provocaram redução no consumo do comércio em 4%. “Uma queda significativa e que preocupa”, afirmou.

Douglas Ferreira, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, destacou a evolução do setor de comércio no PIB brasileiro.

Câmara dos Deputados



Deputado Adail Carneiro (PP/CE) liderou os trabalhos de audiência pública

Também do MDIC, Marcos Prates lamentou o recuo da posição brasileira no PIB mundial. Ele destacou a necessidade de o país ser mais eficiente e produtivo para voltar ao crescimento de longo prazo.

O deputado Mauro Pereira (PMDB/RS) destacou um fato que classificou de “extrema importância”, o das dívidas em atraso das empresas. Citando dados publicados na imprensa, o parlamentar disse que o valor total dessa dívida é de R\$ 105,6 bilhões. Empresas do setor de serviços são as que mais devem (45%), seguido pelas de comércio (42%) e da indústria (8,9%). As empresas da região Sudeste são as maiores devedoras, representando 51% do total. Para Mauro Pereira, a equipe econômica deve “ajudar essas empresas, renegociar dívidas de imediato”.

Autor do requerimento que permitiu a realização da audiência pública que debateu o impacto econômico do desemprego no comércio e na indústria, o deputado Adail Carneiro (PP/CE) afirmou que “os números apresentados permitem dizer que o país começa a superar o momento mais crítico da recessão”.

SPREADS BANCÁRIOS NO BRASIL SEGUEM A MÉDIA MUNDIAL, AFIRMA DIRIGENTE FINANCEIRO

15/06/2016

Carla Passos/Assessoria de Imprensa



O presidente Laércio Oliveira e José Ricardo Alves, da CNF, no segundo debate setorial da CDEICS

A ideia de que spreads praticados por bancos no país são amplamente maiores do que os verificados em outros países é um equívoco, afirmou José Ricardo Alves, vice-presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, em audiência pública dentro do ciclo “Debates Setoriais”, promovido pela CDEICS. José Ricardo respondeu a uma afirmação do deputado Júlio Cesar (PSD/PI) de que o spread bancário brasileiro é o maior do mundo.

Apontado como “lucros” dos bancos, o spread é a diferença entre as taxas de juros de empréstimos aos clientes e o custo de remuneração dos depósitos. É comumente dito como “abusivo” porque o dinheiro é tomado a taxas de juros pouco superiores a Selic (14,25%, em 2015) e emprestado a taxas superiores a 30%. Para José Ricardo, o spread brasileiro está dentro da média mundial.

O dirigente da CNF afirmou ainda que os bancos não se beneficiam das altas taxas de juros, em razão das consequências dessa elevação, como por exemplo, o aumento da inadimplência. Ele explicou que a provisão para devedores tende a reduzir o patrimônio líquido do banco. Além disso, a alta da inadimplência provoca uma taxa de juros ainda maior.

O deputado Júlio Cesar destacou que os cinco maiores bancos do país ampliaram a provisão para devedores duvidosos de R\$ 72 bilhões, em 2014, para R\$ 108 bilhões, em 2015. “O sistema financeiro no país continuou ampliando seus lucros”, afirmou o parlamentar. Já para o dirigente financeiro, a provisão protege o capital dos bancos.

José Ricardo defendeu um sistema financeiro transparente, com a mais ampla informação possível, para garantir uma economia sólida.

AUDIÊNCIA PÚBLICA É APROVADA PARA DEBATER DEFASAGEM NO REPASSE A LOTÉRICOS

15/06/2016

Vestindo camisetas verdes com a inscrição “Lotéricos à beira da falência”, um grupo que representava o setor reivindicou junto à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços a realização de audiência pública. Os lotéricos querem debater com dirigentes da Caixa Federal a defasagem e a recomposição de valores repassados aos estabelecimentos lotéricos.

O requerimento pela realização da audiência pública conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação, do deputado Herculano Passos (PSD/SP), foi aprovado na quarta-feira, 15 de junho. De acordo com o parlamentar, “a defasagem não tem acompanhado a inflação e não permite que os lotéricos arquem com seus

compromissos”.

BNDES

Outro requerimento de audiência pública aprovado nesta quarta-feira foi de convite à nova presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Maria Silvia Bastos Marques, para vir à Comissão falar sobre como pretende aplicar recursos da instituição financeira. O deputado Mauro Pereira (PMDB/RS), que solicitou o evento, afirmou que o banco “não somou em 2015” e “precisa dar apoio às empresas” com aplicação de recursos para a retomada do desenvolvimento da economia brasileira.

Carla Passos/Assessoria de Imprensa



Representantes lotéricos pedem reajuste nos repasses da Caixa

PROPOSTA APROVADA PERMITE QUE PEQUENA EMPRESA PARTICIPE DE LICITAÇÃO MESMO COM DÉBITO FISCAL

15/06/2016

Proposta aprovada na CDEICS na quarta-feira, 15 de junho, permite a participação de microempresas e empresas de pequeno porte em processos públicos de licitação mesmo que existam ações judiciais questionando a cobrança de tributos dessas empresas.

A proposta (PLP 269/16) tem por objetivo permitir a concessão de estímulos econômicos para a recuperação de um setor responsável pela geração de empregos no país.

A proposta pretende modificar a Lei Complementar 123/2006, que estabelece que microempresas e empresas de pequeno porte, em certames licitatórios, devem apresentar comprovação de regularidade fiscal.

Pela Lei, pendências fiscais questionadas na Justiça são consideradas irregularidades.

“Essa situação impede que pequenos empresários possam participar de licitações. E estar alijado do mercado de compras governamentais significa uma séria restrição às pequenas empresas em dificuldades fiscais”, justificou o relator, deputado Mauro Pereira (PMDB/RS), em parecer favorável.

Na reunião deliberativa em que o Projeto foi aprovado, o deputado Renato Molling (PP/RS) comentou: “A proposta não abona a empresa negativada”, mas evita “penalizar quem tenha direito de questionar (a pendência fiscal) na Justiça”.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



O relator da proposta, deputado Mauro Pereira

AUDIÊNCIA DEBATE A CRIAÇÃO DO “DIA NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA”

20/06/2016

A participação da mulher no mercado empreendedor é crescente. Dados informados pelo Sebrae dão conta de que existem sete milhões e 350 mil empreendedoras no país. Dentre os fatores que explicam o crescimento da participação feminina na abertura do próprio negócio podem ser citados a maior escolaridade, as mudanças na estrutura familiar, o menor número de filhos, novos

social”, afirma a deputada Conceição Sampaio (PP/AM), uma das autoras do requerimento, em conjunto com a deputada Carmen Zanotto (PPS/SC).

“Instituir o Dia Nacional da Mulher Empresária vai fortalecer e reforçar políticas públicas e ações de empoderamento das

finep.gov.br



Deputada Carmen Zanotto, autora do requerimento

valores relativos à inserção da mulher na sociedade brasileira e a atuação crescente na geração de renda familiar.

Papéis e tarefas socialmente atribuídos às mulheres, no entanto, constituem um obstáculo significativo para o acesso, a permanência e para o sucesso do seu empreendimento, limitando suas possibilidades de inserção.

“No caso da mulher empreendedora, há obstáculos no acesso ao crédito, às condições de investimento e suas relações no contexto

mulheres no setor empreendedor.”, destaca a parlamentar.

“Desse modo, a construção de um tecido cultural e institucional envolvendo aprendizagem, definições de políticas públicas, e uma cultura da educação, pode ser o caminho para a eliminação gradativa das barreiras que limitam tanto a mulher na trajetória empreendedora, como a própria atividade”, justifica a deputada Conceição Sampaio.

DIA DA MULHER EMPRESÁRIA CONTRIBUI PARA O "EMPODERAMENTO FEMININO", DIZ DEPUTADA

21/06/2016

Victor Diniz/Câmara dos Deputados



Novidade: Comissão contou com uma Mesa composta apenas por mulheres

A participação feminina na atividade empreendedora é crescente no Brasil. As 7 milhões e 300 mil brasileiras que lideram negócios próprios, segundo estatísticas do Sebrae, condizem com a instituição de um dia nacional de reflexão e de valorização dessa mulher. A iniciativa pela criação do “Dia Nacional da Mulher Empresária” foi apoiada por cinco empresárias e por três deputadas que participaram de audiência pública promovida pela CDEICS, na terça-feira, 21 de junho.

Para a deputada Conceição Sampaio (PP/AM), parlamentar que conduziu os trabalhos da audiência pública, propor e aprovar um Projeto de Lei que institua essa data nacionalmente tende a colaborar no processo de empoderamento feminino na sociedade brasileira.

“Instituir o Dia Nacional da Mulher Empresária vai fortalecer, reforçar políticas públicas e ações de empoderamento das mulheres no setor empreendedor”, destacou a parlamentar.

A crescente participação das mulheres na economia, por meio de atividades empreendedoras, é importante para a ocupação de espaços de poder pelas mulheres, lembrou outra parlamentar requerente do evento, a deputada Carmen Zanotto (PPS/SC). Ela ponderou, no entanto, que apesar do grande número de microempresárias, é pequeno o número de mulheres em postos de comando nas grandes empresas.

Carmen Zanotto, bem como a deputada Christiane Yared (PR/PR), lembraram que o protagonismo na economia e nas entidades de classe pode levar à ampliação da participação feminina em cargos

políticos. Hoje, essa participação, de cerca de 10% nas casas legislativas do país, está muito aquém da participação feminina no total da população, lembrou Carmen.

Janelise Santos, presidente do Conselho Estadual da Mulher Empresária da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina, disse que seu Estado comemora o dia da mulher empresária em 17 de agosto desde 2005, data em que centenas de empresárias se reúnem para contar histórias de seu cotidiano e trocar experiências. De acordo com a líder empresarial, Santa Catarina tem 281 microempresárias, mais de 30% dos empreendedores catarinenses.

Para Neiva Kieling, presidente do Conselho Nacional da Mulher Empresária da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, a iniciativa de criação de um dia comemorativo é bem-vinda. “Vai ajudar a fortalecer micro e pequenas empresas lideradas por mulheres. Permitirá a criação de políticas públicas que as tornem mais qualificadas, inseridas e competitivas”, afirmou.

Andrea Andrade, diretora de cursos e treinamentos da Associação de Mulheres Empreendedoras, apresentou o trabalho que a entidade realiza junto a comunidades carentes da capital federal qualificando mulheres para que se tornem mais capazes de gerir negócios próprios.

“Somos a maior parte da população, do total de empreendedores, mas somos tratadas como minoria e temos que lutar o tempo todo por igualdade”, destacou Andrea em prol da instituição desse dia próprio da iniciativa empreendedora feminina.

PRESIDENTE DA CDEICS DISCUTE INVESTIMENTOS COM EMBAIXADOR DO JAPÃO

23/06/2016

Carla Passos/Assessoria de Imprensa



Deputados Laercio Oliveira e Luis Nishimori com o embaixador do Japão

O deputado federal Laercio Oliveira se reuniu com o embaixador do Japão no Brasil, Kunio Umeda, e com o deputado Luiz Nishimori, presidente do grupo parlamentar Brasil-Japão, para tratar de propostas de investimentos do país no Brasil. O tema fará parte dos debates setoriais promovidos pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics), a ser realizado em 3 de agosto.

Laercio Oliveira, presidente da Cdeics, afirmou que a Comissão está à disposição da Câmara do Comércio Brasil/Japão para debater um tema tão importante no momento que o país está em

crise. “Temos que facilitar investimentos. Precisamos de investimentos externos”, afirmou.

O embaixador lembrou que existem relações de cooperação econômica entre os dois países e que o Japão tem uma história especial com o Brasil, desde a chegada dos primeiros imigrantes japoneses há mais de 100 anos. “Os imigrantes enfrentaram dificuldades em sua adaptação, com barreiras impostas pelo idioma e estilo de vida, mas não se esqueceram de seus sonhos e esperanças. Hoje, seus descendentes são parte importante da sociedade brasileira”, informou.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO APROVA EMENDAS À LDO

29/06/2016

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics) aprovou terça-feira, 28/06, duas emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 (PLN 2/16) sobre implementação de Projetos de Cidades Digitais e de inclusão digital. Das 10 comissões que iriam se reunir para votar as emendas, apenas a Cdeics e a Comissão de Seguridade Social tiveram quórum para votar as emendas.

De acordo com a emenda, estados e municípios brasileiros interessados em desenvolver infraestrutura para implementação de Cidades Digitais contam com uma nova iniciativa do governo federal, de fomento à elaboração e à implementação de Projetos de Inclusão Digital. São três as modalidades previstas: Infraestrutura para Cidade Digital, informatização de Escolas Públicas e Implantação de Telecentros.

O presidente da Comissão, Laércio Oliveira, informou que na modalidade Cidade Digital, o objetivo principal é dar apoio à implementação de redes sem fio ou híbridas que interliguem órgãos e instituições governamentais, para aumentar a eficiência administrativa e implantar serviços públicos eletrônicos. Além disso, o projeto pretende integrar comunidades rurais e urbanas e difundir o conceito de trabalho em rede e comunidades virtuais de

aprendizagem. As iniciativas visam potencializar a educação, turismo e acesso a informação por parte dos cidadãos. “Se o cidadão precisar de um serviço e ele for eletrônico, ele se tornará muito mais eficiente, trabalhando com certificação digital, por exemplo”, informou.

Já a emenda de inclusão digital tem o foco social, proporcionando o desenvolvimento de competências nos municípios brasileiros, o acesso à tecnologia e o incentivo à pesquisa em ciência e tecnologia, permitindo o desenvolvimento local e social a partir da inclusão digital de uma forma completa e multidisciplinar, causando impacto nas realidades mais carentes e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população. O programa foca a implementação de telecentros no qual o público alvo recebe capacitação em informática básica e navegação na internet.

Laércio Lembrou que a comissão teve também uma pauta de mais de 30 itens e conseguiu avançar sobre todos. Cada comissão e cada parlamentar têm direito de apresentar até três emendas para anexo de metas. Não existe limite de emendas de texto. O prazo para apresentação de emendas encerra-se no dia 6 de julho, às 19 horas.

Secom/Câmara dos Deputados



Dep. Laercio Oliveira - Presidente da Comissão

COMISSÃO PROÍBE PRIVATIZAÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

30/06/2016

Divulgação



Dep. Augusto Coutinho - serviços com fins sociais, como financiamento imobiliário, juros e tarifas menores, e até a atuação de agências-barco em regiões amazônicas poderiam ser comprometidos.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços aprovou proposta que proíbe a privatização ou venda de direitos de empresa pública que explore com exclusividade os serviços de loteria e penhora de bens privados. Esses serviços atualmente são explorados pela Caixa Econômica Federal.

O autor do Projeto de Lei [551/15](#), deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), argumenta que a Caixa Econômica tem objetivos sociais, alguns inclusive sob a forma de monopólio, para atender à população.

O relator da proposta, deputado Augusto Coutinho (SD-PE), também concordou que a Caixa Econômica precisa ser resguardada de qualquer tentativa de privatização.

Ele destacou que serviços com fins sociais, como

financiamento imobiliário, juros e tarifas menores, e até a atuação de agências-barco em regiões amazônicas poderiam ser comprometidos. “É importante ponderar que, caso o capital da Caixa passe a ser aberto, o objetivo de alcançar benefícios à população pode ser diminuído em face da necessidade de persecução do lucro ao longo dos anos, em decorrência do necessário respeito aos interesses dos acionistas minoritários privados”, argumentou.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

DEBATEDORES DIVERGEM SOBRE MUDANÇA NOS CONTRATOS DE TELEFONIA FIXA

08/07/2016

Luis Macedo/Câmara dos Deputados



Proposta em análise na Câmara autoriza a prestação do serviço por autorização, espécie de contrato mais flexível que a concessão

Participantes de debate na Câmara dos Deputados divergiram, nesta quinta-feira (7), sobre o Projeto de Lei 3453/15, que autoriza a prestação do serviço de telefonia fixa por autorização, espécie de contrato mais flexível que a concessão.

Especialistas presentes na reunião da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços reforçaram a necessidade de modernizar a [Lei Geral de Telecomunicações](#), de 1997. Entretanto, as opiniões se dividiram

em relação à possibilidade de concessionárias se apropriarem de parte dos bens reversíveis do setor – uma das reformas previstas na proposta.

Pela lei atual, as infraestruturas usadas pelas operadoras devem retornar à União com o fim da concessão. Pelo projeto, os valores desses bens seriam revertidos às empresas para custear investimento em melhorias na rede, sobretudo na infraestrutura de banda larga.

Autor do PL 3453/15, o deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) falou da importância da reforma no marco regulatório e negou a suspeita de

que o texto beneficiaria concessionárias em recuperação judicial, como é o caso da Oi. Com relação a esse caso, o parlamentar observou que os bens reversíveis acrescentariam R\$ 7 bilhões ao capital da empresa, valor insuficiente para saldar a dívida atualizada, na ordem de R\$ 64 bilhões.

Segundo Vilela, o texto atende à demanda do setor e dos clientes por aumento de investimentos, além de permitir a “universalização da banda larga, em contexto econômico adverso”.

Risco

Já para o presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint), Erich Rodrigues, o projeto arrisca ao não definir como serão investidos os recursos capitalizados pelas empresas.

“A mudança vai liberar R\$7,15 bilhões para a Oi Telemar, mas não está claro como será redistribuído”, exemplificou o dirigente.

Competitividade

O fim da reversibilidade é medida necessária para aumentar a competitividade do setor, argumentou o diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil), Alexandre Castro.

Ele explicou que, atualmente, 99,5% dos dados que trafegam pelas redes de telecomunicações se originam dos serviços de telefonia celular e banda larga, a telefonia fixa consumiria apenas 0,5% da infraestrutura. Ainda assim, pelas regras atuais, toda a rede seria devolvida ao Poder Público ao término dos contratos de concessão.

“Isso é um tremendo desincentivo aos investimentos, porque hoje a tecnologia da informação trabalha com o modelo de convergência de serviços, que utilizam a mesma plataforma para oferecer produtos diversos”, sustentou.

Monitoramento

Por sua vez, em crítica à proposta, o pesquisador de telecomunicações do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), Rafael Zanatta, ressaltou as dificuldades enfrentadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) no levantamento do patrimônio público hoje em poder das operadoras. De acordo com o projeto de Vilela, caberá à agência reguladora determinar

quais contratos poderão ser alterados de concessão para autorização, sistema que pressupõe menor interferência estatal e liberdade para fixação de tarifas

Zanatta observou que, em relatório de 2014, o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou a “negligência por parte da Anatel” em monitorar a reversibilidade de bens. Na visão do pesquisador, “o projeto colide com uma questão muito mal resolvida sobre bens reversíveis de telecomunicações”.

O secretário de Fiscalização de Infraestrutura em Aviação Civil e Comunicações do TCU, Marcelo Barros da Cunha, informou que o tribunal revela, desde 2008, dificuldades da Anatel em acompanhar o equilíbrio financeiro das concessões. Na opinião dele, os bens reversíveis, caso alienados ou desnecessários, não deveriam ser incorporados ao patrimônio da concessionária, e sim serem revertidos em novos investimentos da concessão.

Para isso, esclareceu Cunha, é preciso que a Anatel faça levantamento de todos os bens que foram alienados sem autorização. “Isso é essencial na valoração do que deveria ter sido revertido na concessão e para verificar se houve perdas de bens afetos à concessão em investimentos não relacionados a ela”, disse.

Flexibilidade

O chefe da Assessoria Técnica da Anatel, Leonardo Euler de Moraes, defendeu modelo mais flexível de prestação da telefonia fixa conforme o caso. Em localidades com maior demanda pelo serviço, sugeriu ele, permaneceria o regime de concessão; nos casos em que a maior demanda é pela telefonia móvel, seriam adotadas as autorizações.

“Tratar a Avenida Paulista e a Oscar Freire da mesma forma que eu regulo os rincões do País não traz efetividade aos instrumentos regulatórios”, comparou.

Moraes afirmou que, caso a autorização seja aprovada, caberá ao TCU levantar os valores dos bens reversíveis repassados às empresas e dos investimentos que servirão de contrapartida.

A realização da audiência pública é uma iniciativa do deputado Laercio Oliveira (SD-SE).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

COMISSÃO REJEITA EXIGÊNCIA DE BANCAS DIVULGAREM ADVERTÊNCIA SOBRE REVISTA IMPRÓPRIA

11/07/2016

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços rejeitou na quarta-feira, 6/7, proposta que obriga bancas de revistas de todo o País a afixar, em local visível, placa com a seguinte mensagem: “As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo”.

O texto nada mais é do que o artigo 78 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei [8.069/90](#)), que contém ainda um parágrafo para determinar que “as editoras cuidarão para que as capas que contenham mensagens pornográficas ou obscenas sejam protegidas com embalagem opaca”.

Ao defender a rejeição da proposta, prevista no Projeto de Lei 4555/16, do deputado Elizeu Dionizio (PSDB-MS), o relator, deputado Helder Salomão (PT-ES), entendeu que obrigar a fixação em local visível do artigo 78 do Estatuto da Criança e do

Adolescente é uma medida irrelevante. “Atualmente, a maior exposição de crianças e adolescentes a conteúdos pornográficos ocorre por meio da rede mundial de computadores – a internet”, observou.

Segundo o relator, a implementação do projeto produziria ainda efeitos negativos para os estabelecimentos que comercializam esse tipo de conteúdo, criando gastos desnecessários aos comerciantes e também dificuldades de fiscalização em todo o território nacional”, completou o relator.

Tramitação

O projeto rejeitado tramita em caráter conclusivo e será ainda analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Luis Macedo - Câmara dos Deputados



Dep. Helder Salomao

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO APROVA EMENDA PARA SIMPLIFICAR A VIDA DA MICROEMPRESA

11/07/2016

Foto: Assessoria



Comissão de Desenvolvimento aprova emenda para simplificar a vida da microempresa

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics) aprovou uma emenda ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 (PLN 2/16) com o objetivo de simplificar a vida da microempresa e do cidadão, sob título "bem mais simples Brasil".

De acordo com o presidente da Comissão, o deputado federal Laércio Oliveira, o objetivo é colocar entre as prioridades e metas do Poder Executivo a execução de apoio a projetos que permitam o aumento da lucratividade dos microempreendedores individuais, artesãos, micro e pequenas empresas visando o fortalecimento e a expansão desses segmentos.

O programa Bem Mais Simples pretende diminuir a burocracia e facilitar o ambiente de negócios no País. Para melhorar a eficiência da gestão pública e a vida do cidadão, o programa apresenta diretrizes como: eliminar exigências que se tornaram obsoletas com a evolução tecnológica; unificar o cadastro e a identificação do cidadão; permitir o acesso aos serviços públicos em um só lugar; guardar informações dos cidadãos para consultas; além de resgatar a fé na palavra do cidadão, substituindo documentos por declarações pessoais.

A comissão já havia aprovado outras duas emendas sobre implementação de Projetos de Cidades Digitais e de inclusão digital.

O texto nada mais é do que o artigo 78 do Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA – Lei [8.069/90](#)), que contém ainda um parágrafo para determinar que “as editoras cuidarão para que as capas que contenham mensagens pornográficas ou obscenas sejam protegidas com embalagem opaca”.

Ao defender a rejeição da proposta, prevista no Projeto de Lei 4555/16, do deputado Elizeu Dionizio (PSDB-MS), o relator, deputado Helder Salomão (PT-ES), entendeu que obrigar a fixação em local visível do artigo 78 do Estatuto da Criança e do Adolescente é uma medida irrelevante. “Atualmente, a maior exposição de crianças e adolescentes a conteúdos pornográficos ocorre por meio da rede mundial de computadores – a internet”, observou.

Segundo o relator, a implementação do projeto produziria ainda efeitos negativos para os estabelecimentos que comercializam esse tipo de conteúdo, criando gastos desnecessários aos comerciantes e também dificuldades de fiscalização em todo o território nacional”, completou o relator.

Tramitação

O projeto rejeitado tramita em caráter conclusivo e será ainda analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DEBATE SISTEMA IMOBILIÁRIO URBANO

13/07/2016

A Comissão Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados realizou na quarta-feira, 13/7, uma audiência pública para discutir os entraves econômicos relacionados ao desenvolvimento urbano, incorporação imobiliária, comercialização imobiliária, locação predial e condomínios.

A audiência foi solicitada pelo presidente da comissão, deputado Laercio Oliveira (Solidariedade/SE). O parlamentar está preocupado com a perda de competitividade da indústria brasileira em função de um cenário de retração econômica. “Há evidências de que a economia se atrasa em termos de produtividade em relação a outros países com os quais compete no mercado internacional”, afirma o deputado.

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, José Carlos Rodrigues Martins, afirmou que o setor passa por grande dificuldade, porque construção é investimento, que pressupõe credibilidade. “Eu tenho que acreditar que terei um emprego amanhã para comprar um imóvel hoje. Como eu vou assumir uma prestação de 30 anos, se não sei se vou ter emprego na semana que vem? Tudo depende de confiança. Como o Brasil está vivendo um momento de turbulência, a confiança foi reduzida drasticamente”, explicou.

O país está chegando ao mesmo número de pessoas empregadas que havia em 2010. “Primeiro o Brasil precisa voltar à normalidade. Enquanto não houver um ajuste macroeconômico, nós viveremos nesse impasse. Estamos propondo primeiro ao governo medidas que melhorem o aspecto macroeconômico. Quando você vai para o setor, tem os problemas como grande informalidade na construção civil. O percentual

arrecadatário da informalidade é de 54%, o que representa 30 bilhões/ ano. Deveria ter uma fiscalização”, diz.

Ele afirmou, ainda, que o setor imobiliário funciona sempre, em termos de economia, ou como freio, ou como locomotiva. “Nesse instante, ele está sendo um freio. Um setor que tem 9% do PIB e cai 8%, causa uma queda de 1% no PIB geral”, explicou.

O coordenador da Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo, Pedro Wähmann, afirmou que em condomínios e imóveis locados vive ¼ da população brasileira. “Nos condomínios, nós temos a preocupação dos custos. É preciso pensar na manutenção que caiba dentro dos padrões dos condôminos. No Congresso Nacional tramitam muitos projetos sobre obrigações que os condomínios devem assumir. Muitas vezes projetos de interesse de fornecedores e prestadores de serviços. Nesse sentido, a gente trabalha muito para esclarecer.(...) Projetos que visam acabar com as garantias entre locador e locatário, suprimir a figura do fiador, dificultam a atividade”, disse.

O Presidente do Colégio Registral do Estado de Goiás, representando o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil, Igor Guedes, falou sobre a confiança do registro imobiliário no país, citando a pesquisa do Datafolha, na qual os cartórios de registros de imóveis estão em primeiro lugar com 76% de credibilidade. “Antes éramos empatados com os Correios. Agora assumimos a primeira posição. É tanto que, nessa mesma pesquisa, 93% dos entrevistados disseram que não comprariam um imóvel não registrado”.

Carla Passos - Assessoria de Imprensa



COMISSÃO LIBERA FREE SHOPS EM CIDADES QUE FAZEM FRONTEIRA COM OUTROS PAÍSES

03/08/2016

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou proposta que libera a instalação free shops nas cidades localizadas na fronteira com outros países. Comuns nos aeroportos internacionais, essas lojas vendem mercadorias nacionais e estrangeiras com regime tributário diferenciado, sem cobrança de impostos de importação. As transações também podem ser feitas em moeda nacional ou estrangeira.

A autorização para *free shops* em cidades de fronteira está prevista no Projeto de Lei 865/15, do deputado Alan Rick (PRB-AC), que estende a todos os municípios fronteiriços norma já existente. Em 2012, o governo liberou lojas francas ou *free shops* em sedes de municípios caracterizados como cidades gêmeas de cidades estrangeiras na linha de fronteira do País.

Cidades gêmeas são aquelas com mais de 2 mil habitantes e que ficam uma ao lado da outra, mas em países diferentes. No Brasil, há 29 municípios reconhecidos como cidades gêmeas.

Para a relatora da proposta, deputada Conceição Sampaio (PP-AM), a restrição às cidades gêmeas limita a economia das cidades com fronteiras internacionais. “Todas as cidades de nossa faixa de fronteira – e não apenas as cidades gêmeas – ressentem-se dos obstáculos que dificultam seu desenvolvimento econômico e seu progresso social”, afirmou.

Sampaio ressaltou que o projeto não inova, apenas estende a outros municípios a vantagem já concedida aos municípios considerados cidades gêmeas. “O projeto sob análise busca tão somente estender para toda a faixa de fronteira uma alternativa de progresso e desenvolvimento já concedida às cidades gêmeas”, afirmou.

Tramitação

A proposta já foi [aprovada](#) pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia. Ainda será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Antonio Augusto/Câmara dos Deputados



Dep. Conceição Sampaio

EMPRESÁRIOS JAPONESES PEDEM REFORMAS TRIBUTÁRIA E TRABALHISTA PARA FACILITAR INVESTIMENTOS

03/08/2016

Lucio Bernardo Jr./Câmara dos Deputados



Audiência na Comissão de Desenvolvimento Econômico debateu investimentos do Japão no Brasil

Empresários japoneses defenderam a aprovação de reformas tributária e trabalhista para reduzir o custo Brasil. Eles participaram de debate na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados.

O presidente da Mitsubishi do Brasil, Aiichiro Matsunaga, considera a redução do custo Brasil imprescindível para a manutenção dos investimentos no País e da competitividade das empresas japonesas instaladas aqui. Ele defendeu reformas no sistema tributário, principalmente na cobrança do ICMS.

Na área trabalhista, Matsunaga defendeu flexibilidade às regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ele afirmou que a correção obrigatória do salário mínimo afeta o fluxo de caixa das empresas e compromete a competitividade de indústria brasileira.

O presidente da Mitsubishi também alertou sobre as demissões necessárias para reduzir o custo de mão de obra das empresas, principalmente dos empregados que atingem nível salarial mais alto com o tempo de serviço.

Aumento dos investimentos

O presidente da Câmara de Comércio Brasil-Japão, Thoshifumi Murata, ressaltou que os investimentos das empresas japonesas no País cresceram após a crise econômica nos países asiáticos em 2008. Ele afirmou, no entanto, que os investimentos aumentariam no atual cenário de crise no Brasil se o ambiente de negócios se tornasse mais favorável.

"Apesar de o governo interino Temer mostrar grande confiança ao mercado, a nós parece que levará um considerável tempo para que o Brasil possa sair dessa crise. Mas com a esperança de uma reforma estrutural no País, as empresas japonesas continuam possuindo forte interesse em investir no Brasil", declarou.

Murata disse que parte dessa mudança poderá ser a assinatura de um acordo de parceria econômica entre Brasil e Japão. Ele informou que, atualmente, 230 empresas japonesas são associadas à Câmara de Comércio Brasil-Japão.



Projetos conjuntos

Autor do requerimento para a realização do debate, o deputado Luiz Nishimori (PR-PR) comemorou os planos de investimentos e os projetos dos empresários japoneses no Brasil. "Hoje, o Brasil conta com aproximadamente 1,5 milhão de nipo-brasileiros que contribuem ativamente com o progresso e o desenvolvimento do Brasil. Essa é uma parceria que trouxe benefícios para ambas as partes com vários projetos, como o Prodecer, Usiminas e outros, além de muitos investimentos. Hoje, existem no Brasil aproximadamente 700 empresas japonesas", declarou.

Brasil e Japão também estão unidos no esporte. O representante da embaixada do Japão no Brasil, Yoshitaka Hoshino, afirmou que as autoridades japonesas estão atentas aos jogos Rio 2016. Em 2020, Tóquio sediará os jogos olímpicos. Ele destacou ainda a importância de Zico, maior ícone do futebol no Japão, e o sucesso do judô no Brasil – hoje o país com maior número de praticantes, 2 milhões de atletas, 4 vezes mais do que o Japão, onde surgiu o esporte.

O presidente da comissão, deputado Laercio Oliveira (SD-SE), ressaltou a importância da discussão de novos negócios entre empresas brasileiras e japonesas. Ele se disse entusiasmado com

a sintonia e com a identificação das necessidades que empresários de ambos os países enfrentam e defendeu a continuidade do debate.

Investimentos no Nordeste

O deputado Júlio Cesar (PSD-PI) sugeriu a transferência dos polos de investimentos do Sudeste para o Nordeste, com a instalação de zonas de processamento de exportação (ZPEs) e zonas francas na região para diminuir as diferenças de renda do País.

Júlio Cesar também perguntou sobre a intenção de os japoneses investirem no agronegócio na região do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Os representantes japoneses responderam que sim, mas afirmaram que, para materializar projetos, o governo brasileiro precisaria apresentar um plano de investimentos estrangeiros.

Sobre as críticas à carga tributária brasileira, Júlio Cesar destacou que ela representa 37% do Produto Interno Bruto (PIB) do País e alertou que países da Europa superam esse índice. Ele também destacou que já há 25% de renúncia dos estados com ICMS, mas concordou com a necessidade de mudanças na cobrança do tributo.

LAÉRCIO DISCUTE PROGRAMA “CIDADES TECNOLÓGICAS E INTELIGENTES” COM SECRETÁRIO DO MDIC

29/08/2016

Carla Passos/ assessoria Laércio Oliveira



O deputado federal Laércio Oliveira recebeu a visita do secretário do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Vinícius de Souza, para falar sobre o Programa Cidades Tecnológicas e Inteligentes.

O deputado federal Laércio Oliveira recebeu a visita do secretário do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Vinícius de Souza, para falar sobre o Programa Cidades Tecnológicas e Inteligentes, que levará tecnologia para facilitar o dia a dia da população. Laércio é autor de emendas na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Cdeics) que destinam recursos ao projeto.

A Cdeics aprovou duas emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 (PLN 2/16) sobre implementação de Projetos de Cidades Digitais e de inclusão digital. De acordo com a emenda, estados e municípios brasileiros interessados em desenvolver infraestrutura para implementação de Cidades Digitais contarão com uma nova iniciativa do governo federal, de

fomento à elaboração e à implementação de projetos de inclusão digital. São três as modalidades previstas: Infraestrutura para Cidade Digital, informatização de Escolas Públicas e Implantação de Telecentros.

Laércio Oliveira, que é presidente da Comissão, informou que a modalidade Cidade Digital tem como objetivo principal dar apoio à implementação de redes sem fio ou híbridas que interliguem órgãos e instituições governamentais, para aumentar a eficiência administrativa e implantar serviços públicos eletrônicos. Além disso, o projeto pretende integrar comunidades rurais e urbanas e difundir o conceito de trabalho em rede e comunidades virtuais de aprendizagem. As iniciativas visam potencializar a educação, o turismo e o acesso à informação por parte dos cidadãos. “Se o



CIDADES INTELIGENTES

Mobilidade e Sustentabilidade

cidadão precisar de um serviço e ele for eletrônico, ele se tornará muito mais eficiente, trabalhando com certificação digital, por exemplo”, informou.

De acordo com o secretário Marcos Vinícius, as cidades tecnológicas e inteligentes têm um conjunto de verticais de aplicação, desde mobilidade, passando por energia, envolvendo resíduos sólidos. Possuem, ainda, tecnologia nacional e baixo custo, contribuindo também para o desenvolvimento de empresas de alta tecnologia (startups) com produtos/serviços inovadores e baratos.

“Inicialmente serão definidos os grandes problemas nas cidades brasileiras que podem ser resolvidos e minimizados pela tecnologia; em seguida será lançado o edital do Mdic para a seleção de startups, bem como a definição do número máximo de prefeituras e estados beneficiários. E depois, será lançado o edital do Mdic para a seleção de prefeituras e de governos estaduais concessionários”, informou.

Entre os exemplos de aplicações está a área de segurança, com monitoramento permanente de pessoas e veículos nas entradas, saídas e em áreas de grande circulação, com câmeras auto conectadas; criação de banco de dados de pessoas desaparecidas, suspeitas e procuradas; redução do custo do policiamento e sistemas inteligentes que melhoram a busca por criminosos.

Na área de iluminação pública, os municípios brasileiros assumiram a gestão do parque de iluminação pública, conferindo a eles a oportunidade de modernizar a infraestrutura associada, haja vista serem os detentores da Contribuição de Iluminação Pública. O programa oferece redução de 85% no custo de energia a partir das atuais tecnologias do mercado; aumenta a iluminação com custo menor; oferece gestão inteligente de iluminação e alta durabilidade e manutenções preventivas de baixo custo. Permite, também, internet de graça para a população com oferta de serviços de banda larga municipal.

COMISSÃO APROVA TRANSFORMAÇÃO DE CONCESSÕES DE TELEFONIA FIXA EM AUTORIZAÇÕES

31/08/2016

Com a medida, empresas não terão mais obrigações de universalização, como instalar orelhões. Em troca, terão de fazer investimentos em redes de banda larga. Projeto segue para análise da CCJC

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou, na terça-feira, 30/8, proposta que permite que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) transforme as atuais concessões de telefonia fixa em autorizações – espécie de licença mais flexível, que não traz obrigações de universalização, como instalar orelhões. Em troca, as operadoras terão compromissos de investimento, sobretudo em redes de banda larga.

O texto aprovado é o substitutivo, com [complementação de voto](#), do relator da matéria, deputado Laercio Oliveira (SD-SE), ao Projeto de Lei 3453/15, do deputado Daniel Vilela (PMDB-GO). Para o autor da proposta original, a medida vai proporcionar mais aportes ao setor. Vilela ressaltou que o texto foi construído com participação e apoio do governo e da agência reguladora. Já o

relator destacou que o objetivo principal do projeto é fazer com que a banda larga avance e seja acessível a toda a população brasileira.

A concessão é o instrumento utilizado para a prestação de serviços em regime público, enquanto a autorização é usada para a prestação de serviços em regime privado. Entre os serviços de telecomunicações, apenas o serviço de telefonia fixa é prestado em regime público, por ser considerado essencial. A proposta, que altera a Lei Geral de Telecomunicações (LGT - [9.472/97](#)), modifica isso, estabelecendo que mesmo modalidades de serviço consideradas essenciais poderão ser prestadas em regime privado, sem estarem sujeitas a deveres de universalização.

Pela lei atual, as autorizações têm prazo de até 20 anos, prorrogáveis uma única vez por igual período. O texto aprovado permite que sejam prorrogadas indefinidamente, desde que a autorizada manifeste interesse prévio. A prorrogação por períodos sucessivos valerá também para operadoras de telefonia celular. Por sugestão do deputado Helder Salomão (PT-ES), o relator alterou o texto para determinar que as empresas tenham de ter cumprido as

Lucio Bernardo Jr. - Câmara dos Deputados



Laercio Oliveira: revenda de autorização de frequência permitirá a entrada no mercado de operadoras de menor porte.

PROJETO QUE UNIFORMIZA TAMANHOS DE ROUPAS É CRITICADO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA

14/09/2016



Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

Proposta em tramitação na Câmara preocupa debatedores, que afirmaram que brasileiro não tem biótipo homogêneo

Representantes do Inmetro e de empresas do setor têxtil criticaram o projeto (PL 2902/15) que pretende uniformizar o tamanho das roupas produzidas no País. Eles discutiram o assunto em reunião, na terça-feira, 13/09, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados.

Pela proposta, da deputada Soraya Santos (PMDB-RJ), um novo órgão, o Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), deverá editar padrões de tamanho para o vestuário adulto e infantil, de acordo com o sexo.

Durante a audiência, os participantes argumentaram que o texto comete diversos equívocos. Em primeiro lugar, o de assumir que o brasileiro tem um biótipo homogêneo. Além disso, a proposta não considera tratados internacionais assinados pelo Brasil na Organização Mundial de Comércio (OMC).

Comércio digital

Para o diretor da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Valente Pimentel, o crescimento do e-commerce é exemplo de que a iniciativa privada já se preocupa com o assunto.

“O item que está sendo mais negociado, não em valor, mas em número de transações na internet são vestuários e acessórios. Se não estivesse o consumidor satisfeito com aquilo que está recebendo, é óbvio que nós não seríamos os campeões de transações on-line”, disse.

Segundo Pimentel, a iniciativa privada já cuida do tema e um exemplo disso é o crescimento do comércio online: de 2017 a 2021 a estimativa é que volume negociado salte de R\$ 90 bilhões para R\$ 229 bilhões.

O representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Marcelo Ramos, também não vê sentido na proposta. “Como é possível uma proposta que padronize a moda, que padronize as possibilidades dessas roupas terem diferentes medidas, de acordo com as estações, as

coleções, os usos do consumidor?”, questionou.

Ramos citou o estudo Size.br, que produziu 116 medidas a partir da análise do biótipo de 10 mil voluntários, com o uso da tecnologia Body Scanner 3D. Segundo ele, essas informações podem instruir o consumidor a encontrar roupas que melhor se ajustem ao seu corpo.

Acordos internacionais

Para o diretor da área internacional do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), Jorge Cruz, se aprovado, “o projeto colocaria o Brasil em posição vulnerável, podendo gerar retaliações a outros produtos”.

Isso porque o texto desrespeita acordos sobre barreiras técnicas da OMC, pelos quais as normas comerciais devem se guiar por objetivos considerados legítimos entre os países membros, entre eles o princípio de tratamento não discriminatório.

Ele afirmou ainda que os impactos serão negativos no Mercosul, já que vigora no bloco um regulamento técnico sobre etiquetagem de produtos, pelo qual é exigida apenas a declaração do tamanho da roupa.

O diretor da Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX), Edmundo Lima, também acredita que a iniciativa vai gerar desequilíbrio no comércio. “Haverá risco jurídico para as empresas internacionais que poderão sofrer penalizações discricionárias por parte do agente fiscal”, disse ele, em nome do grupo que representa 23 empresas, totalizando 22% da oferta de vestuário no mercado brasileiro.

O presidente do colegiado, deputado Laercio Oliveira (SD-SE) elogiou o debate. “Jamais tive ideia de tanta tecnologia, de tantos detalhes e de como é importante trazer essa discussão aqui para essa Casa”, frisou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

COMISSÃO APROVA DEDUÇÃO DE IR A COMERCIANTE QUE DOAR ALIMENTO A ESCOLA PÚBLICA

19/09/2016

Agência Câmara



Dep. Mauro Pereira

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, da Câmara dos Deputados, aprovou o Projeto de Lei 4746/16, do deputado Cacá Leão (PP-BA), que concede dedução de até 20% do Imposto de Renda (IR) devido para comerciantes do setor alimentício que fizerem doações a instituições de ensino públicas.

A medida é válida para doações de alimentos ou produtos da cesta básica, desde que não estejam deteriorados ou vencidos, a estabelecimentos públicos de ensino fundamental, médio e superior

A isenção proposta não exclui os outros benefícios fiscais que podem ser atribuídos às pessoas jurídicas.

Grandes perdas

Para o relator na comissão, deputado Mauro Pereira (PMDB-RS), a medida se justifica porque o resultado coletivo com o incentivo supera o custo do Estado se tivesse que exercê-la.

“O comércio varejista na área de alimentação lida com uma taxa de perda grande nas suas mercadorias. E esferas de governo enfrentam grandes despesas com a alimentação escolar, com processos de aquisição custosos e burocráticos”, disse.

Pereira afirmou que o projeto traria benefícios tanto ao setor público quanto ao privado, e que melhoraria a qualidade da alimentação dos estudantes da rede pública.

“Não somente a redução do custo do Estado em uma compra que seria feita por valores superiores, como permitiria maior eficiência do setor privado em relação às suas perdas”, acrescenta o parlamentar.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

RELATÓRIO DE LAÉRCIO SOBRE ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E ANGOLA É APROVADO

22/09/2016

A presença empresarial brasileira em Angola é bastante diversificada, incluindo setores como cosméticos, construção civil, redes de varejistas, informática e educação. Os investimentos de capitais angolanos no Brasil, ainda incipientes, começam a se multiplicar. Para facilitar esses investimentos, foi assinado o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Brasil e Angola. Conforme o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, é de competência da CDEICS analisar matérias

Carla Passos/ assessoria Laércio Oliveira



O deputado federal Laércio Oliveira (Solidariedade/SE) foi relator da proposta, que foi aprovada na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.

atinentes a relações econômicas internacionais e a acordos comerciais. O deputado federal Laércio Oliveira (Solidariedade/SE) foi relator da proposta, que foi aprovada na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.

“O referido acordo representa um novo modelo que busca incentivar o investimento recíproco através de mecanismo de diálogo intergovernamental, apoiando empresas em processo de internacionalização. Em razão da aprovação, haverá maior divulgação de oportunidades de negócios, intercâmbio de informações sobre marcos regulatórios, um conjunto de garantias para investimentos e, eventualmente, solução de controvérsias”, informa Laércio, no relatório.

O parlamentar considera que os Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs) são instrumentos adequados para aumentar a proteção jurídica aos investidores dos dois lados e também, uma forma de facilitar e dar transparência às informações e melhorar o apoio governamental às empresas investidoras.

O ACFI entre Brasil e Angola é o segundo tratado assinado com base em novo modelo brasileiro de acordos de investimentos, elaborado pelo Itamaraty, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e pelo Ministério da Fazenda, em consultas com o setor privado.

Em Luanda, foi também firmado o Memorando de Promoção de Investimentos, que cria Grupo de Trabalho bilateral, integrado por representantes do governo e do setor privado. O GT permitirá dar início a projetos de internacionalização, focados na cooperação industrial.

Durante o período 2001-2010, Angola investiu US\$ 114 milhões no Brasil, de acordo com o Banco Central. Os investimentos diretos angolanos no Brasil em 2011 superaram os ingressos dos últimos dez anos, alcançando US\$ 128 milhões. Os principais setores são os de atividades de apoio e de extração de petróleo e gás natural, holdings de instituições não-financeiras, pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais e criação de bovinos.

Até o momento, foram realizadas missões interministeriais para negociar ACFIs com os seguintes países: África do Sul, Angola, Argélia, Malawi, Marrocos, Moçambique e Tunísia. O Acordo já foi assinado com Moçambique e agora com Angola, e as negociações já foram concluídas com Malawi. Países sul-americanos também indicaram interesse em iniciar negociações.

DEBATEDORES DEFENDEM REGULARIZAÇÃO DE FOOD TRUCKS SEM PREJUÍZOS AO COMÉRCIO LOCAL

05/10/2016

Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados



Comissão discutiu a regulamentação da venda de alimentos em espaços públicos

Participantes de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços defenderam na terça-feira, 4/10, a proposta que regulamenta a comercialização de alimentos em espaços públicos, como os food trucks (PL 3954/15). O texto estabelece normas gerais para comercialização de alimentos nesses espaços e em meios como food bikes ou food trailer. Para o representante da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, Rodrigo Freire de Aragão, os food trucks são uma realidade no País e é preciso estabelecer uma convivência pacífica com o comércio local. “É importante ter intervenção para não limitar a atividade, atualizar conceitos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para esse tipo de negócio e manter a tranquilidade com o comércio estabelecido”, afirmou.

Aragão destacou que há vários relatos de abusos cometidos por food trucks, como estacionar próximo ao comércio e até mesmo a utilização de banheiros de restaurantes por clientes. “Hoje, são 12 milhões de desempregados, e o food truck acaba sendo uma saída para os comerciantes que estão fechando, mas precisamos valorizar o comércio. Isso deve ser feito da melhor possível, para proteger os empregos, a atividade econômica e garantir a arrecadação por parte do governo”, ponderou.

Convivência em Brasília

O presidente da Associação Brasileira de Food Trucks, Ronaldo Silveira Vieira, acredita que esse tipo de comércio não pode ser responsabilizado por “quebrar” restaurantes. “Agora, se estaciona todo dia no mesmo local, é porque a regulamentação não está

correta”, avaliou.

Segundo ele, Brasília é exemplo da convivência pacífica com os comerciantes. De acordo com Vieira, a capital possui mais de mil pessoas empregadas diretamente na atividade.

Carga tributária

Assessor jurídico do Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes do Rio de Janeiro, Júlio César Vieira de Mello, afirmou que a cidade foi testemunha de uma mudança veloz com o aumento desse tipo de comércio, e que há um esforço por parte do município em buscar um objetivo comum para não haver prejuízo aos empresários.

Ele também defendeu a regularização desse tipo de venda de alimentos, pois a carga tributária que um estabelecimento tradicional paga é até dez vezes maior, o que acaba gerando injustiças e prejuízos ao comércio local.

Preço acessível

O deputado Adail Carneiro (PP-CE), que é relator do projeto na comissão e solicitou o debate, afirmou que pretende dar celeridade à tramitação da proposta na Câmara a fim de estabelecer normas necessárias para que todos os comerciantes tenham seu espaço. “Os food trucks são uma opção alimentar com preço acessível”, defendeu o parlamentar.

Fonte: Agência Câmara

COMISSÃO REDUZ PAGAMENTO A ADMINISTRADOR DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO OU FALÊNCIA

18/10/2016

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou proposta que reduz os honorários pagos ao administrador judicial de empresas em recuperação judicial ou falência. O valor atual é de 5% da dívida dos credores no caso de recuperação judicial ou do total de venda dos bens na falência. Pela proposta, o administrador judicial não receberá mais de 3% da dívida ou dos bens vendidos. E se for pessoa física terá a remuneração mensal limitada ao teto do funcionalismo, que é o salário pago aos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Teto do funcionalismo

O texto aprovado é o substitutivo do deputado Augusto Coutinho (SD-PE) ao Projeto de Lei 4855/16, do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT). Coutinho incluiu o limite mensal do teto do funcionalismo à proposta de Bezerra, que reduz o percentual dos honorários devidos a 3%.

Augusto Coutinho afirma que honorários muito altos podem abrir caminho para fraudes ou até mesmo comprometer o pagamento dos credores.

“O devedor que, consciente da impossibilidade de honrar todas as dívidas em uma falência ou mesmo em uma recuperação, poderia, em combinação com um administrador judicial de má índole, operar no sentido de propiciar um pagamento elevado de honorários cujos excessos poderiam ser posteriormente rateados, prejudicando os interesses dos credores”, exemplifica.

Tramitação

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

Agência Câmara



Dep. Augusto Coutinho

COMISSÃO APROVA ACESSO À CONTABILIDADE DA EMPRESA POR SÓCIO SEM RESTRIÇÃO DE PRAZO

24/10/2016

Lúcio Bernardo Junior/Câmara dos Deputados



Dep. Mauro Pereira

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços aprovou projeto de lei que permite aos sócios de empresas examinar, a qualquer tempo, livros e documentos e o estado do caixa e da carteira da sociedade.

A proposta (PL [5281/16](#)) altera o Código Civil (Lei [10.406/02](#)), que hoje permite que a empresa estipule época determinada para esse exame.

A proposta é de autoria do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT) e recebeu parecer favorável do deputado Mauro Pereira (PMDB-RS).

Fiscalização

Pereira afirmou que a mudança proposta por Bezerra assegura o

amplo direito de acesso ao andamento dos negócios, sobretudo aos sócios minoritários, possibilitando maior fiscalização sobre a gestão da empresa.

“Não é razoável que qualquer norma ou o contrato social possam especificar períodos nos quais o sócio não possa realizar o exame dos livros e documentos da sociedade”, disse Pereira.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

COMISSÃO APROVA USO DE DEBÊNTURES PARA QUALQUER INVESTIMENTO INDUSTRIAL

24/10/2016

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços aprovou o Projeto de Lei 4085/15, do deputado Jorge Côrte Real (PTB-PE), que amplia o uso dos recursos de debêntures incentivadas para qualquer investimento industrial, e não só em infraestrutura.

O texto também elimina o prazo para emissão desse tipo de papel, que atualmente vai até 31 de dezembro de 2030.

A Lei 12.431/11 – que introduziu incentivos fiscais para investidores que viessem a adquirir títulos corporativos – limita a emissão desses títulos de dívida para financiar projetos de infraestrutura considerados prioritários pelo governo federal. A proposta também tira a obrigação de prioridade governamental.

Infraestrutura

O relator na comissão, deputado Lucas Vergílio (SD-GO), apresentou um substitutivo para explicitar que essas debêntures ainda podem ser usadas para projetos de infraestrutura.

Alex Ferreira / Câmara dos Deputados



Dep. Lucas Vergílio

O substitutivo também permite que fornecedores de materiais, produtos ou insumos destinados a projetos de investimento também possam emitir debêntures incentivadas.

"Faz todo sentido que não apenas o projeto mas também as empresas fornecedoras constituídas para fornecer ao projeto possam emitir tais debêntures", afirmou Vergílio.

Atualmente, segundo o relator, quase 90% da carteira de crédito com vencimento superior a cinco anos tem como lastro linhas oriundas de bancos públicos, sendo 62% de responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Captação de recursos

De acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as debêntures incentivadas têm, em média, valor 63% maior que as não incentivadas, e prazo 187% mais longo.

"As debêntures incentivadas apresentam prazo mais longo, atraem uma quantidade maior de investidores nacionais e estrangeiros e são importante mecanismo para a captação de recursos para as empresas", defendeu Lucas Vergílio.

O projeto concede ainda isenção de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica para esses títulos. Atualmente, a Lei 12.431/11 estabelece isenção apenas para Imposto de Renda de Pessoa Física e alíquota de 15% para empresas.

Divergência

O deputado Helder Salomão (PT-ES) avaliou que dificilmente uma proposta como essa terá êxito na Comissão de Finanças e Tributação.

"Na prática, o texto concede renúncia fiscal em um momento de desequilíbrio da economia e das contas", disse.

Além disso, o deputado criticou a proposta por não focar mais na alavancagem de obras de infraestrutura.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação (inclusive quanto ao mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

COMISSÃO REJEITA OBRIGAÇÃO DE REGISTRO DE PONTO EM TODAS AS EMPRESAS

03/11/2016



A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços rejeitou projeto de lei que torna obrigatório o registro de ponto independentemente do número de funcionários da empresa (PL 5737/16).

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços rejeitou projeto de lei que torna obrigatório o registro de ponto independentemente do número de funcionários da empresa (PL 5737/16).

O projeto é de autoria do deputado Victor Mendes (PSD-MA) e foi relatado na comissão pelo deputado Laércio Oliveira (SD-SE).

Atualmente, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-Lei 5.452/43) exige o registro de ponto apenas em empresas com mais de dez empregados. O registro pode ser manual, mecânico ou eletrônico.

Custo

A rejeição foi pedida pelo relator. Para Laércio Oliveira, a

obrigatoriedade de marcação de ponto para todos os empregados traria um custo financeiro elevado para as empresas, principalmente as de pequeno porte, que teriam que adaptar os seus sistemas de acompanhamento funcional.

“Há que se levar em consideração que o Brasil se encontra em período de forte crise que tem impactado principalmente os pequenos e médios empresários, onde qualquer tipo de novo custo pode ser o fato gerador da extinção da empresa”, disse Oliveira.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora nas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

COMISSÃO APROVA CONCURSO OBRIGATÓRIO PARA TRADUTOR PÚBLICO E INTÉRPRETE COMERCIAL

23/11/2016

Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados



Côrte Real: mantivemos o concurso, agora em âmbito nacional, tendo em vista que a não realização de concursos pelos estados compromete a disponibilidade de tradutores

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços aprovou proposta que mantém a obrigatoriedade de concurso de provas para o exercício das atividades de tradutor público e de intérprete comercial em todo o País.

Foi aprovado um substitutivo do relator, deputado Jorge Côrte Real (PTB-PE), para o projeto do Executivo (PL [4625/16](#)) que modifica regras relacionadas a agentes auxiliares do comércio – leiloeiros, tradutores públicos e intérpretes comerciais. O projeto também altera a Lei das Sociedades Anônimas ([6.404/76](#)), o registro público de empresas mercantis e regras para empresas de armazéns gerais (Decreto [1.102/1903](#)).

Fé Pública

Em relação a tradutores e intérpretes, o relator considerou que o texto original não seria adequado, “dada a importância da tradução

juramentada de documentos”. O projeto original abandonava a exigência de concurso, permitia o desempenho desse ofício por estrangeiros e previa que a atividade passaria a ser exercida por simples registro nas juntas comerciais, conforme ato do Departamento de Registro Empresarial e Integração (Drei). “Mantivemos o concurso, agora em âmbito nacional, tendo em vista que a não realização de concursos pelos estados compromete a disponibilidade de tradutores”.

O texto altera o Decreto [13.609/43](#), que regulamenta essas atividades e prevê concurso de provas e nomeação concedida pelas juntas comerciais.

Nível Superior

Côrte Real, entretanto, concordou com a intenção do projeto de passar a exigir diploma de graduação em ensino superior para o

exercício das atividades de tradutor público e de intérprete comercial, optando apenas por tornar a exigência menos restritiva. “A redação prevista no projeto exigia graduação específica, bacharelado ou licenciatura, em tradução ou idioma. Isso poderia funcionar como um grande limitador. Assim, optamos por simplificar esse requisito, passando a exigir qualquer diploma de nível superior”, argumentou.

Formalizar e Desburocratizar

Côrte Real também incluiu a possibilidade de tradutores e intérpretes públicos constituírem empresa individual para fins de tratamento fiscal, não alterando o elemento personalíssimo do ofício, assim como utilizarem certificação digital emitida por meio da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) para conferir validade aos documentos emitidos. “Essa medida facilita a entrega de traduções oficiais e atende ao objetivo já tratado no projeto de nacionalizar o exercício da atividade de tradutor juramentado e ao mesmo tempo desburocratizar a atividade, ampliando a oferta do serviço para atender melhor o cidadão”, avaliou o relator.

Caberá ao Drei definir os mecanismos de registro e controle de traduções públicas, além de estabelecer a tabela com os preços mínimos e máximos a serem cobrados. Atualmente, essas ações estão a cargo das juntas comerciais.

Leiloeiro

No caso dos leiloeiros, o texto aprovado determina que a profissão será exercida mediante matrícula concedida pelas juntas comerciais, conforme regulamento definido pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração (Drei). A proposta altera o decreto que regulamenta a profissão de leiloeiro (Decreto [21.981/32](#)).

Atualmente, para ser leiloeiro é preciso ser brasileiro e maior de 25 anos, ter domicílio fixo por 5 anos no lugar onde pretende exercer a atividade e ter idoneidade comprovada. Comprovados os requisitos, a matrícula é concedida pelas juntas comerciais dos estados e do Distrito Federal.

O texto aprovado ainda retira a hipótese de delegação de funções, racionaliza as situações que acarretam a nulidade de seus atos, como a realização de leilões em domingos e feriados, e estabelece que estarão impedidos de exercer a profissão apenas aqueles que sejam impedidos de exercer a atividade de empresário.

Pelo regulamento vigente, não podem ser leiloeiros os que não podem ser comerciantes; os que tiverem sido destituídos anteriormente

dessa profissão e os falidos, mesmo os reabilitados quando a falência for culposa ou fraudulenta.

Por fim, prevê que diversos livros previstos em regulamento e exigidos dos leiloeiros poderão ser substituídos por mecanismos e documentos eletrônicos.

Publicações oficiais

O texto aprovado estabelece que o órgão oficial da União ou do estado ou do Distrito Federal poderá disponibilizar as publicações de empresas, exigidas pela Lei das Sociedades por Ações, exclusivamente na rede mundial de computadores. Com isso, abre-se a possibilidade de que as publicações obrigatórias em diários oficiais sejam feitas exclusivamente por meio da internet, reduzindo os custos das empresas.

Armazéns gerais

O texto também simplifica regras incidentes sobre as empresas de armazéns gerais, eliminando a necessidade de apresentação e publicação de algumas declarações, certidões e informações. Por outro lado, passa a proibir pessoas físicas de desempenharem essa atividade. Esses armazéns são responsáveis pela guarda e conservação de mercadorias e a pela emissão de títulos especiais.

Registro de empresas

Por fim, o projeto acrescenta dispositivos à Lei [8.934/94](#), que trata do registro público de empresas mercantis. Pelo texto, os atos, documentos e declarações considerados informações meramente cadastrais pelo Drei serão levados automaticamente a registro se puderem ser obtidos de outras bases de dados disponíveis em órgãos públicos.

O texto também acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei [486/69](#) para determinar que ato do Drei disporá sobre a autenticação de documentos empresariais em meio físico ou eletrônico. Ainda segundo o projeto, os auxiliares do comércio poderão fazer seus livros empresariais de forma eletrônica, como as demais empresas.

Tramitação

A proposta será ainda analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, seguirá para o Plenário.

Agência Câmara de Notícias

REDUÇÃO DE PRAZO NÃO RESOLVE PROBLEMA DO REGISTRO DE PATENTES, DIZEM ESPECIALISTAS

30/11/2016

Billy Boss - Câmara dos Deputados



Debatedores alertaram na comissão para riscos de judicialização dos processos de registro

Nove especialistas foram na terça-feira, 29/11, à Comissão de Desenvolvimento Econômico e disseram que a proposta (Projeto de Lei 3406/2015) para definir prazo máximo de 180 dias para exame de patentes não resolverá o problema do registro no Brasil.

O ex-presidente do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, o INPI, Otávio Brandelli afirmou que a demora nos processos de patentes beneficia as empresas que fizeram o pedido.

"Se a demora para a concessão de uma patente é de 12 anos, significa que existe um quase monopólio por 12 anos. Do momento que eu depositei até o momento do julgamento, quem fez o pedido de patente tem uma expectativa de direito. Só com essa expectativa de direito ele afasta do mercado os que querem produzir aquele produto."

O INPI é o responsável pela análise de patentes no Brasil. Segundo Brandelli, esse monopólio gera distorções como dispensa de licitação na compra de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O instituto está com 250 mil processos de propriedade intelectual para analisar, o chamado backlog. Segundo o presidente atual do INPI, Luiz Otávio Pimentel, o backlog por examinador é 19 vezes maior que o dos Estados Unidos.

A técnica de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea, Graziela Zucoloto, afirmou que a proposta atual pode levar a uma judicialização do processo de

patentes. Para ela, o texto pode gerar uma concessão ou indeferimento generalizado de patentes.

O deputado Helder Salomão, do PT do Espírito Santo, que solicitou o debate, afirmou que a proposta teve o mérito de suscitar a discussão, mas é insuficiente.

"O projeto que está em debate aqui, e que foi o objeto da audiência pública não resolve o problema. O projeto é um remédio que ataca as consequências e não as causas. Se nós aprovamos o projeto e fizermos um encontro com a reestruturação do INPI poderemos ter resultados melhores."

A comissão irá discutir, a pedido de Salomão, um anteprojeto de lei que propõe a reestruturação do instituto e está, desde 2014, no Ministério do Planejamento. A ideia proposta por Salomão é elaborar um documento do colegiado para pedir mais agilidade na análise do texto.

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, deputado Laercio Oliveira, do Solidariedade de Sergipe, decidiu retirar o projeto de pauta, para que seja melhor discutido pela comissão. Oliveira, que também é o relator da proposta e apresentou parecer favorável ao texto, afirmou que pode rever sua opinião.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

EMPRESÁRIOS DO SETOR DE SERVIÇOS CRITICAM POSSIBILIDADE DE REFORMA DO PIS/COFINS

07/12/2016 09h35

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados (Cdeics) recebeu, no dia 14 de dezembro, os deputados da Indonésia Achmad Sahroni e Zulfan Lindan e o ministro conselheiro da Embaixada da Indonésia, Sudarsono Soedirlan, para discutir as relações comerciais entre os dois países e tratar da aproximação entre os parlamentos.

Apesar de separados por grande distância geográfica, nossos dois países apresentam muitas semelhanças. Ambas são nações que procuram avançar no desenvolvimento da justiça social. Ambos possuem enormes populações, dotadas das mesmas esperanças e sonhos. Ambos são países que lutam por se tornar independentes economicamente. Ambas são sociedades que combatem o flagelo da pobreza e da desigualdade. Ambos somos grandes e pujantes democracias", afirmou o presidente da comissão, Deputado Laércio Oliveira, no discurso de abertura da reunião.

"Urge que os governos e as sociedades do Brasil e da Indonésia se aproximem, para que se identifiquem pautas de interesses comuns. E o primeiro passo dessa aproximação deve ser dado pelos respectivos parlamentos, como instâncias de vocalização dos anseios de nossos povos", disse o Deputado Laércio Oliveira.

O presidente lembrou que as relações entre os dois países remontam ao ano de 1953. Mais recentemente, elas foram impulsionadas por troca de visitas presidenciais em 2008. No mesmo ano, firmou-se a parceria estratégica entre Brasil e Indonésia, a única entre o país e o Sudeste Asiático. "O relacionamento tem se beneficiado de afinidades em diversas vertentes: evolução política convergente (fortalecimento da democracia); semelhanças em aspectos físicos (grandes territórios, com importantes biodiversidade); humanos (população numerosa e multiétnica) e sociais (desafio de superação de desigualdades)".

Cleia Viana / Câmara dos Deputados



Laércio Oliveira: há aumento de imposto por trás do discurso do governo de simplificação tributária

O Deputado Laércio Oliveira informou que o Plano de Ação da Parceria Estratégica de 2009 deu contornos definidos à aproximação entre os dois países, incluindo na agenda bilateral assuntos como energias renováveis, defesa, mineração, políticas de inclusão social, cooperação acadêmica e educacional e cooperação científica e tecnológica. "Brasil e Indonésia vem desenvolvendo, nos últimos anos, importante parceria na área de Defesa, especialmente com as vendas de aviões Super-Tucanos da Embraer e lançadores de foguetes da Avibras", disse o deputado.

Os deputados da Indonésia reforçaram a importância de estreitar as relações com o Brasil e ao final da reunião foram homenageados pelo presidente, que recebeu também uma placa com os cumprimentos do país asiático.

COMISSÃO RECEBE PARLAMENTARES DA INDONÉSIA PARA DISCUTIR RELAÇÕES COMERCIAIS

14/12/2016 18h35

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados (Cdeics) recebeu, no dia 14 de dezembro, os deputados da Indonésia Achmad Sahroni e Zulfan Lindan e o ministro conselheiro da Embaixada da Indonésia, Sudarsono Soedirlan, para discutir as relações comerciais entre os

impulsionadas por troca de visitas presidenciais em 2008. No mesmo ano, firmou-se a parceria estratégica entre Brasil e Indonésia, a única entre o país e o Sudeste Asiático. “O relacionamento tem se beneficiado de afinidades em diversas vertentes: evolução política convergente (fortalecimento da

Carla Passos - Assessora de Imprensa



Cdeics recebe Delegação Oficial de Parlamentares Indonésios

dois países e tratar da aproximação entre os parlamentos.

"Apesar de separados por grande distância geográfica, nossos dois países apresentam muitas semelhanças. Ambas são nações que procuram avançar no desenvolvimento da justiça social. Ambos possuem enormes populações, dotadas das mesmas esperanças e sonhos. Ambos são países que lutam por se tornar independentes economicamente. Ambas são sociedades que combatem o flagelo da pobreza e da desigualdade. Ambos somos grandes e pujantes democracias", afirmou o presidente da comissão, Deputado Laércio Oliveira, no discurso de abertura da reunião.

"Urge que os governos e as sociedades do Brasil e da Indonésia se aproximem, para que se identifiquem pautas de interesses comuns. E o primeiro passo dessa aproximação deve ser dado pelos respectivos parlamentos, como instâncias de vocalização dos anseios de nossos povos", disse o Deputado Laércio Oliveira.

O presidente lembrou que as relações entre os dois países remontam ao ano de 1953. Mais recentemente, elas foram

democracia); semelhanças em aspectos físicos (grandes territórios, com importantes biodiversidade); humanos (população numerosa e multiétnica) e sociais (desafio de superação de desigualdades)".

O Deputado Laércio Oliveira informou que o Plano de Ação da Parceria Estratégica de 2009 deu contornos definidos à aproximação entre os dois países, incluindo na agenda bilateral assuntos como energias renováveis, defesa, mineração, políticas de inclusão social, cooperação acadêmica e educacional e cooperação científica e tecnológica. "Brasil e Indonésia vem desenvolvendo, nos últimos anos, importante parceria na área de Defesa, especialmente com as vendas de aviões Super-Tucanos da Embraer e lançadores de foguetes da Avibras", disse o deputado.

Os deputados da Indonésia reforçaram a importância de estreitar as relações com o Brasil e ao final da reunião foram homenageados pelo presidente, que recebeu também uma placa com os cumprimentos do país asiático.

PRESIDENTE FAZ BALANÇO DAS ATIVIDADES DE 2016 NA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

15/12/2016

Agência Câmara



A comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara apreciou, em 2016, 113 projetos de lei que estavam na sua pauta

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados apreciou, em 2016, 113 projetos de lei que estavam na sua pauta. “Propus um ano de celeridade na apreciação dos projetos que tramitam na Comissão. Apesar de todos os avanços, a gente enfrenta problemas. Existe uma cultura de as comissões formarem estoques de projetos. Se você fizer um levantamento, vai encontrar milhares de projetos que não entram na pauta. Isso é uma prática que existe na Câmara. Muita gente diz que isso é do jogo da política mesmo. A gente tem um regimento que permite várias manobras legítimas, mas trabalhei para não permitir que os projetos ficassem engavetados”, disse o presidente da Cdeics, o deputado federal Laércio Oliveira.

Assim que foi eleito presidente da comissão, Laércio buscou colocar em prática algumas regras, como fixar um número máximo de vezes para que os projetos pudessem ser retirados de pauta. “Não é justo para a sociedade, nem para o autor, que projetos venham para pauta 5 ou 6 vezes. Quando a gente recebe a incumbência de relatar um PL, tem de ser eficiente na relatoria. Não é que os meus colegas da comissão não sejam eficientes, mas é que pela própria rotina de trabalho e pela intensidade da jornada aqui na Câmara, muitas vezes essa entrega da relatoria é postergada uma vez, três, quatro e cinco. Temos como mudar essa prática. O projeto não tem que demorar na comissão”, explicou o parlamentar, afirmando que quer que a Cdeics seja exemplo para outras comissões.

O deputado afirmou, ainda, que outro fator que ele colocou em prática na sua gestão foi manter a comissão de portas abertas. “Isso quer dizer que

todos os membros se sentiram completamente à vontade. O gabinete não é só do presidente, mas de todos os membros da comissão”, informou.

Debates setoriais

O parlamentar lembrou que a Cdeics é uma das comissões mais importantes da Câmara e está no centro das necessidades do Brasil, principalmente em momentos de crise. Por isso, ele fez diversos debates setoriais com segmentos do setor produtivo brasileiro que apresentaram os entraves que dificultam a atuação do setor econômico que representam. Indústria, comércio, construção civil, turismo, serviços financeiros, setor imobiliário entre outros realizaram debates.

O primeiro debate tratou dos problemas enfrentados pela indústria brasileira e contou com a presença do presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Andrade. Em seguida, a Cdeics realizou audiências sobre diversos temas como atuação do Tribunal de Contas da União nas Obras Públicas, sistema imobiliário urbano, atração de investimentos japoneses no Brasil, melhoria nas relações do trabalho, tecnologia da informação e comunicação, Reforma do PIS/Cofins, Infraestrutura, Turismo, comércio, entre outros.

Laércio disse que vai atuar como uma espécie de “porta-voz” dessas reivindicações e levá-las ao conhecimento do Poder Executivo. Por meio do instrumento legislativo da indicação, os parlamentares podem sugerir providências ao Poder Executivo no sentido da apresentação de projetos ou outra realização prática de gestão.



ANEXOS



IMPRESA

Política

Robson Andrade, presidente da principal entidade da indústria, afirma que as organizações dos trabalhadores não pensam neles e sim na contribuição financeira recebida pelos sindicalizados

CNI critica governo por conversar somente com as centrais sindicais

NEGOCIAÇÕES

Abnor Gondim
Brasil
 abnor@cni.com.br

• O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, manifestou ontem descontentamento com o governo do presidente interino Michel Temer (PMDB) por ter conversado apenas as centrais sindicais para discutir a reforma da Previdência Social.

Depois da crítica, feita durante reunião na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados, a CNI divulgou pesquisa dando conta de que 65% dos brasileiros concordam com a idade mínima para aposentadoria.

Na Câmara, Andrade elogiou como "acertadíssima" a decisão de Temer ao transferir a Previdência para o Ministério da Fazenda, ao comando do ministro Henrique Meirelles. "Só ali [Fazenda] pode sair alguma coisa, mas tenho preocupação quando vejo a Fazenda conversando só com as centrais sindicais e chamando elas, porque elas sindicais vão ser contra", crítica e disparou contra as centrais sindicais: "Tu falo isto para os próprios presidentes das entidades. Central Sindical não está preocupada com o trabalhador. Está preocupada com a contribuição financeira que os trabalhadores dão para elas. Estão preocupados é com o tanto de dinheiro que têm. Agora, se tem trabalhador ou não tem, não é uma preocupação de-



Laércio Oliveira quer realizar um ciclo de audiências sobre reformas

les", disparou. O presidente da CNI se referiu à reunião promovida no Palácio do Planalto na segunda-feira passada (16) e ao grupo de trabalho criado pelo governo com representantes de centrais para discutir a reforma previdenciária e apresentar uma proposta em 30 dias.

O GT ficou sob a coordenação do ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, com a participação dos ministros da Fazen-

da e do Trabalho, Ronaldo Nogueira, além de representantes de quatro entidades sindicais.

Também estiveram da reunião o presidente licenciado da Força Sindical, o deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), um dos mais ativos defensores do impeachment da presidente Dilma Rousseff, além de representantes da UGT (União Geral dos Trabalhadores), da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) e da CSB

(Central dos Sindicatos Brasileiros). Procurados pelo DCI, Nogueira e Paulinho não haviam se manifestado até o fechamento desta edição.

Da reunião não participaram da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), que consideram ilegítimo o governo Michel Temer.

Terceirização e negociação

O presidente da CNI foi convidado à audiência na Câmara pelo novo presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, deputado Laércio Oliveira (SD-SE), para iniciar um ciclo de audiências que serão realizadas para debater a crise econômica com os principais segmentos empresariais do País.

"Estamos reunindo contribuições para encontrar alternativas ao quadro em que o País se encontra", justificou o parlamentar, que é empresário do setor de serviços e é um dos vice-presidentes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Andrade aproveitou a audiência para distribuir entre os parlamentares o documento "Agenda para o Brasil sair da crise" divulgado ontem pela entidade sobre as sugestões entregues ao presidente da República interino, Michel Temer, no início deste mês, com 36 medidas sugeridas para ser implementadas pelo governo federal, no período de 2016-2018.

Além da reforma da Previdência, o presidente da CNI defendeu temas polêmicos

que dividem empregadores e empregados da iniciativa privada, a exemplo da terceirização de mão de obra em todas as atividades das empresas.

Andrade também defendeu, entre outros pontos, a valorização da negociação coletiva sobre as leis trabalhistas.

"As empresas estrangeiras veem o Brasil como um celeiro de oportunidades, mas vão investir em outros países por causa da insegurança jurídica nas relações trabalhistas", afirmou, alegando que cada juiz decide de forma diferente.

Na Agenda da Confederação Nacional da Indústria estão ainda as seguintes propostas: sustar ou alterar o texto da Norma Regulamentadora nº 12 (sobre segurança no trabalho em máquinas e equipamentos); adotar o princípio do crédito financeiro do PIS-Cofins; convulgar os incentivos fiscais do ICMS; rever o regime de partilha em óleo e gás; simplificar o licenciamento ambiental; assegurar que os recursos para a inovação cheguem às empresas.

Apoio à reforma

Além de mostrar que 65% dos pesquisados concordam com a idade mínima para aposentadoria, a pesquisa encomendada pela CNI junto ao Ibope Inteligência indicou também um crescimento no número de brasileiros que apoiam a reforma da Previdência, com equiparação do tempo de contribuição para todos os brasileiros.

Dos entrevistados, a pesquisa mostra que 75% preferem mudanças nas regras da aposentadoria para garantir a sustentabilidade do regime.

Preços de serviços recuam e reduzem a inflação em 2016

INDICADORES

A inflação de serviços anualizada em 12 meses desacelerou pela quinta vez seguida, caindo de 7,34% em maio para 7,24% em junho. O mês é um dos responsáveis pela queda de longo da IPCA mensal.

O desaquecimento da demanda é o principal motivo por trás das menores expectativas em preços, explicou Sônia Maria Oliveira, coordenadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Segundo a especialista, a queda de agosto dos consumidores abre espaço para o repasse

de custos aos serviços. A crise econômica também possibilita reajustes menores nos salários do setor, o que favorece ainda mais os preços.

A partir de março, a inflação de serviços começou em dezembro do ano passado, quando a taxa foi de 8,39% para 8,09%, de acordo com dados do Índice Nacio-

nal de Preços de Consumo Amplo (IPCA), foi seguida, no mês seguinte, por 7,99% em janeiro, 7,88% em fevereiro e 7,48% em março. Entretanto, ele deve manter-se próximo a zero.

"A queda dos preços em serviços está em linha com o avanço do desemprego. Enquanto ele se mantém, a inflação tende a ser

negativa", disse José Nivaldo Patrício, professor de economia da Faculdade IUPERVidade Católica de São Paulo (FUCV-SP).

De acordo com o economista, as baixas que perduram e o trabalho incremental não são os únicos a controlar os preços. Os empregados também estão não podendo receber, **PC/MT**

DESTAQUES

Cartões virtuais puxam sistemas de segurança

Cartões virtuais e pagamentos via mobile são as principais apostas de bancos e novas fintechs contra tecnologia anti-fraude. Mas a adoção dos serviços é limitada pela legislação, alerta César Serey, gerente de Crédito. **PC/MT**



Fin da TV analógica em Brasília esquento debate sobre apagão

A revista analisando a transição para a televisão digital está longe do fim. Com questões à frente em aberto, o debate sobre o apagão de ondas verticais e ações de emergência – incluindo o envio de rádios analógicos para Brasília – permanece ativo. Operadores de satélite querem entrar também no processo. **PC/MT**

Sob comando de Meirelles, fundos de pensão serão mais fiscalizados

O novo Ministério da Fazenda liderado por Henrique Meirelles – que agrega a Previdência Social – terá mais conselheiros técnicos de fiscalizar os resultados do regime complementar localizados (fundos de pensão) e evitar perdas aos participantes (colatas). O ministro defende as portagens para o regime. **PC/MT**

Safra agrícola fica igual à anterior, mas deverá bater recorde em 2017

A safra de grãos estimada para o período 2015/2016 ficará em 230 milhões de toneladas, em decorrência da queda nos estados do Mato Grosso, prejudicados pela seca, e em Goiás e Paraná pelo El Niño. No ano passado, houve colheitas com a safra anterior. Em 2017, a produção poderá ser recorde. **PC/MT**

CNJ pode criar um cadastro sobre demandas repetitivas na Justiça

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está criando um novo sistema de classificar os processos para que os juízes tenham acesso às demandas repetitivas. A medida busca reduzir a quantidade de outros órgãos de Processo Civil (CPC). As demandas repetitivas serão encaminhadas para delegadas ao CNJ. **PC/MT**

MUDANÇA DE HÁBITO NO CONSUMO DE LIVRO

Cresce peso de vendas on-line para as livrarias

O comércio eletrônico tem se interessando no ramo de livros e já responde por 32% da receita de algumas livrarias grandes. A tendência é que esse canal ganhe força em um segmento precioso do consumidor. **PC/MT**



Da Petrobras são mais 80% de receitas da B2B

Fornecedores veem retomada a partir de 2018

PETROBRAS

Fornecedores da cadeia da Petrobras tentam ganhar mais espaço na paralização do mercado de petróleo e gás, decorrente da crise iniciada na paralização. O cenário em geral é que seja retomada em 2018, à medida que o preço do petróleo se recuperar e a indústria de petróleo se recuperar. **PC/MT**

MERCADOS

ÍNDICE DE PREÇOS	ÍNDICE DE CONSUMIDOR
90,541 -0,27 -0,55%	3,5303 -0,0021 +0,34%
PREVIDÊNCIA	IBRE
32,19 -0,02 -0,25%	1,3688 -0,0063 +0,47%
CAPITAL MERCADO	IBOV
456,40 -5,78 -1,21%	144,20 -0,20 +1,51%

CNI critica Temer por dialogar só com sindicalistas

PREVIDÊNCIA

Os membros do Conselho Nacional de Previdência Social, Nelson Araújo, não gostam de o governo Temer ter escolhido setores do empresariado para discutir a proposta de reforma da Previdência Social. **PC/MT**

Idade mínima será foco de reforma

GOVERNO

Abaixar a idade mínima de entrada na Previdência Social que entrou no Congresso em um mês, o ministro Henrique Meirelles defende deve ser o primeiro foco de reforma da previdência. **PC/MT**



PROPOSIÇÕES
APROVADAS

Proposições Aprovadas - Total: 83

Proposição	Ementa	Data Tramitação
Maio		
PL 1991/2015	Dispõe sobre a criação do Selo Empresa Amiga ECOSOL.	04/05/2016
PL 2298/2015	Altera o artigo 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para aumentar o prazo de parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte.	04/05/2016
PL 3410/2015	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2015, com o objetivo de fomentar as exportações do País.	04/05/2016
PL 3247/2015	Altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para permitir a exclusão da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, dos valores repassados aos cooperados em decorrência da prestação de serviços em nome da cooperativa.	18/05/2016
PL 1762/2015	Torna opcional a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.	24/05/2016
PL 1950/2015	Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para estabelecer a progressividade da majoração das alíquotas das contribuições substitutivas calculadas sobre a receita bruta, bem como a facultatividade na opção pelo regime de recolhimento substitutivo.	24/05/2016
Junho		
PLP 269/2016	Permite que microempresas e empresas de pequeno porte participem de licitação se possuírem ações judiciais questionando a cobrança de tributos.	15/06/2016
PDC 324/2016	Aprova a programação monetária para o primeiro trimestre de 2015.	28/06/2016
PDC 325/2016	Aprova a programação monetária para o segundo trimestre de 2015.	28/06/2016
PDC 326/2016	Aprova a programação monetária para o terceiro trimestre de 2015.	28/06/2016
PDC 327/2016	Aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2015.	28/06/2016
PL 176/2011	Classifica o resíduo proveniente da atividade de mineração e industrialização do amianto ou asbesto e dos produtos que o contenham, inclusive como contaminante, como sendo Classe I ou "Resíduo industrial perigoso" para fins de sua destinação final.	28/06/2016

Proposições Aprovadas - Total: 83

Proposição	Ementa	Data Tramitação
PL 551/2015	Dispõe sobre a vedação da abertura do capital social de empresa pública e dá outras providências.	28/06/2016
PL 1964/2015	Altera a Lei n.º 7.827, de 29 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO	28/06/2016
PL 3659/2015	Altera a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA de que trata a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.	28/06/2016
PL 3741/2015	Altera a Lei nº 11.101, de 9 de março de 2005, para dispor sobre a cooperação internacional na falência e recuperação de empresas globais.	28/06/2016
PL 3859/2015	Dispõe sobre a agroindustrialização artesanal de embutidos de origem animal.	28/06/2016
PL 4008/2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade de certificação de óculos e lentes ópticas.	28/06/2016
Julho		
PDC 389/2016	Aprova os textos das Emendas aos artigos 11 e 12 da Convenção que Estabelece a Agência Multilateral de Garantia para Investimentos (MIGA), adotadas pela Resolução nº 86, do Conselho de Governadores, em 30 de julho de 2010.	06/07/2016
PL 2768/2015	Veda a inclusão de taxa de serviço na conta do consumidor em razão da opção pela modalidade de comércio de alimentos a peso e dá outras providências.	06/07/2016
PL 4121/2015	Acrescenta o parágrafo único no art. 12 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a obrigatoriedade dos cardápios em Braille nos bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis e estabelecimentos similares.	06/07/2016
PL 7583/2014	Obriga a que os produtos importados comercializados tragam informações a respeito da submissão às normas de certificação de conformidade da Regulamentação Técnica Federal.	13/07/2016
Agosto		
PL 865/2015	Altera o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que "Dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências".	02/08/2016

Proposições Aprovadas - Total: 83

Proposição	Ementa	Data Tramitação
PL 3393/2015	Institui regras de segurança de trocadores para crianças.	02/08/2016
PL 3393/2015	Institui regras de segurança de trocadores para crianças.	02/08/2016
PL 3584/2015	Institui a Política Nacional de Incentivo às Agroindústrias.	02/08/2016
PLP 218/2016	Regulamenta, nos termos do art. 146, III, b, as obrigações, o lançamento e o crédito do imposto incidente sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação de que trata o art. 155, § 2º, incisos VII e VIII, da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 87, de 16 de abril de 2015 no caso que especifica e dá outras providências.	02/08/2016
PL 5848/2013	Acrescenta o § 5º ao art. 47 e dá nova redação ao caput do art. 48, da Lei nº 7.357, de 02 de setembro de 1985, para estabelecer o domicílio do portador como foro competente para a execução do cheque.	09/08/2016
PL 1381/2015	Estabelece restrição para comercialização de aparelhos eletrônicos destinados a promover alterações no IMEI (International Mobile Equipment Identity) dos aparelhos de telefonia móvel celular e similares e dá outras providências.	09/08/2016
PL 1652/2015	Disciplina a comercialização de dispositivos destinados a promover o desbloqueio de aparelhos de telefonia móvel.	09/08/2016
PL 3748/2015	Acrescenta inciso XI ao art. 21 e art. 88-A à Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, para atribuir às cooperativas a possibilidade de agirem como substitutas processuais de seus associados.	09/08/2016
PL 2096/2015	Cria área de livre Comércio no Município de Barracão, no Estado do Paraná, e dá outras providências.	23/08/2016
PL 2844/2015	Altera os arts. 1.076, inciso I, e 1.085, parágrafo único, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que "Institui o Código Civil", para fins de alterar o quórum decisório no âmbito das sociedades limitadas.	23/08/2016
PL 3491/2015	Cria a Zona Franca de Rio Branco, Estado do Acre	23/08/2016
PL 2434/2011	Altera a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, para obrigar as empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização a aplicar cinco por cento do seu lucro tributável nas microrregiões em que atuam.	30/08/2016

Proposições Aprovadas - Total: 83

Proposição	Ementa	Data Tramitação
PL 3453/2015	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, permitindo à Anatel alterar a modalidade de licenciamento de serviço de telecomunicações de concessão para autorização.	30/08/2016
PL 3664/2015	Altera a Lei 11.788 de 25 setembro de 2008 que "Dispõe sobre o estágio de estudantes".	30/08/2016
Setembro		
PDC 432/2016	Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, assinado em Luanda, em 1º de abril de 2015.	13/09/2016
PL 258/2015	Revoga o inciso II do § 4º do art. 2º da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.	13/09/2016
PL 813/2015	Altera a redação do artigo 2º da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros e resultados da empresa.	13/09/2016
PL 4746/2016	Concede incentivo fiscal do imposto de renda, nas condições que especifica.	13/09/2016
PL 5028/2016	Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para acrescentar salvaguardas contra práticas discriminatórias na oferta de estágio a estudantes	13/09/2016
Outubro		
PL 3082/2015	Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Produção de Frutas in Natura e de Produtos Derivados	05/10/2016
PL 4855/2016	Altera o art. 24 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que "Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária", para fins de alterar o valor dos honorários a serem pagos ao administrador judicial.	05/10/2016
PLP 212/2015	Altera a Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), para permitir descontos nas alíquotas de impostos devidos para as empresas recém-criadas, visando incentivar o empreendedorismo e a formalização de empresas já existentes.	05/10/2016
PL 3411/2015	Altera o art. 8º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o dever do fornecedor de higienizar os equipamentos e utensílios utilizados no fornecimento de produtos ou serviços e de informar, quando for o caso, sobre o risco de contaminação.	11/10/2016

Proposições Aprovadas - Total: 83

Proposição	Ementa	Data Tramitação
PL 4032/2015	Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, (lei de falências) para determinar que os compradores de imóveis, tenham prioridade em receber os valores pagos em caso de falência de construtoras, incorporadoras e imobiliárias.	11/10/2016
PL 4162/2015	Acrescenta o parágrafo único no art. 57 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para determinar que as empresas que comercializam roupas deverão ter ao menos um provador adaptado para pessoas com deficiência.	11/10/2016
PL 4390/2016	Estabelece a proibição de porte e comercialização de qualquer tipo de equipamento com capacidade de produzir eletrochoques e dá providências correlatas.	11/10/2016
PL 4625/2016	Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, o Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938, o Decreto-Lei nº 486, de 3 de março de 1969, o Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903, o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, e o Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943, e dá outras providências.	11/10/2016
PL 4390/2016	Dispõe sobre a proibição do uso de pneus como proteção contra danos aos veículos e demarcação de áreas e vias de circulação nos estacionamentos ao ar livre, para evitar o acúmulo de água parada e a proliferação do mosquito Aedes Aegypti.	11/10/2016
PL 4625/2016	Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, o Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938, o Decreto-Lei nº 486, de 3 de março de 1969, o Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903, o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, e o Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943, e dá outras providências.	11/10/2016
PL 5212/2016	Dispõe sobre a proibição do uso de pneus como proteção contra danos aos veículos e demarcação de áreas e vias de circulação nos estacionamentos ao ar livre, para evitar o acúmulo de água parada e a proliferação do mosquito Aedes Aegypti.	11/10/2016
PL 5343/2016	Proíbe o uso de pneus inteiros como corpo de proteção contra colisão em pistas de kart, autódromos, estacionamentos, garagens e espaços semelhantes ao ar livre.	11/10/2016
PL 5405/2016	Altera a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, para reduzir a tributação de pequenos estabelecimentos industriais de cervejas e chopes especiais.	11/10/2016
PL 5593/2016	Acrescenta o art. 57-A na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, tornando obrigatória a disponibilização de provador adaptado para a pessoa com deficiência nos estabelecimentos que comercializam peças de vestuário.	11/10/2016
PDC 437/2016	Aprova o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Maputo, em 30 de março de 2015.	19/10/2016

Proposições Aprovadas - Total: 83

Proposição	Ementa	Data Tramitação
PL 1855/2015	Dispõe sobre os serviços comerciais de tosa e banho em cães e gatos.	19/10/2016
PL 2089/2015	Estabelece a obrigatoriedade de mecanismo de segurança em veículos de transporte público coletivo.	19/10/2016
PL 4085/2015	Altera a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, com o objetivo de ampliar o escopo das debêntures incentivadas, com o fim da assimetria de tratamento entre as debêntures emitidas pelas empresas do segmento de infraestrutura e as demais corporações do setor industrial.	19/10/2016
PL 4273/2016	Altera o Art. 3.º da Lei 13.233 de 29 de dezembro de 2015.	19/10/2016
PL 5281/2016	Altera a redação do art. 1.021 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.	19/10/2016
PDC 438/2016	Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República de Maláui, assinado em Brasília, em 25 de junho de 2015.	25/10/2016
PL 4447/2012	Acrescenta novo § 2º ao art. 17 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a ela pertinentes, para disciplinar a cobrança de aluguel em centros comerciais ("Shopping centers").	25/10/2016
PL 5351/2016	Acrescenta parágrafo ao art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de reduzir o valor do depósito recursal para microempresa e empresa de pequeno porte.	25/10/2016
PL 5752/2016	Declara como de especial interesse para a geração de conhecimento, tecnologia, inovação, bem como para o desenvolvimento brasileiro, nos termos do parágrafo único do art. 219 da Constituição Federal, os Centros de Pesquisa e de Inovação de Empresas (CPIEs).	25/10/2016
Novembro		
PL 3131/2015	Altera a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, para disciplinar o desligamento da iluminação noturna dos edifícios comerciais.	17/11/2016
PDC 439/2016	Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, assinado em Santiago, em 23 de novembro de 2015.	23/11/2016
PL 3978/2015	Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação do Porto do Açú (ZPE) no município de São João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro.	23/11/2016

Proposições Aprovadas - Total: 83

Proposição	Ementa	Data Tramitação
PL 4637/2012	Estabelece a forma, o prazo, o cumprimento e demais atos em razão dos Recalls de veículos automotores com o fim de evitar acidentes pelo não atendimento por parte dos consumidores e dos fornecedores.	23/11/2016
PL 2420/2015	Acrescenta-se os parágrafos 4º, 5º, 6º, 7º e 8º ao artigo 122 do Decreto-Lei nº 73, de 23 de novembro de 1966.	23/11/2016
PL 4966/2016	Altera o art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, que "Dá nova redação ao § 1º do art. 3º aos arts. 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, ao caput do art. 37 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976 e ao art. 10 da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e dá outras providências" e altera o art. 26 da Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que "Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nos 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003".	23/11/2016
PL 4972/2016	Altera o art. 36 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que "Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências", para o fim de estabelecer novo prazo de arquivamento de documentos e atos perante as juntas comerciais.	23/11/2016
Dezembro		
PL 3075/2011	Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que "regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos", para proibir a comercialização e a oferta de mamadeiras, bicos e chupetas que contenham bisfenol-A (4,4'-isopropilidenedifenol) em sua composição.	07/12/2016
PL 3328/2015	Institui o Fundo de Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas (FFMPME).	07/12/2016
PL 3377/2015	Autoriza a criação do Fundo de Aval para Investimentos em Inovação de Micro, Pequenas e Médias Empresas (InovaMPEs) e dá outras providências.	07/12/2016
PL 4426/2016	Altera a Lei nº 12.794, de 02 de abril de 2013, que Altera a Lei no 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços; e dá outras providências, para garantir às micro e pequenas empresas a desoneração da folha de pagamento .	07/12/2016
PL 5146/2016	Modifica o art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 e julho de 2002	07/12/2016

Proposições Aprovadas - Total: 83

Proposição	Ementa	Data Tramitação
PLP 211/2015	Acrescenta o parágrafo sexto no art. 65 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar às microempresas e empresas de pequeno porte a compensação parcial de gastos com aperfeiçoamento profissional de seus funcionários no exterior com dívidas tributárias, objetivando agregar conhecimento e tecnologias modernas ao setor produtivo brasileiro.	07/12/2016
PLP 262/2016	Inclui novo art. 11-A ao Capítulo III da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para disciplinar o prazo de abertura e encerramento de empresas no País.	07/12/2016
PDC 530/2016	Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, assinado na Cidade do México, em 26 de maio de 2015.	14/12/2016
PL 3954/2015	Dispõe sobre a comercialização de alimentos e espaços públicos em "Food Trucks" e outros espaços congêneres, que apresentem mobilidade, e altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que "institui normas básicas sobre alimentos.	14/12/2016
PL 4076/2015	Altera a Lei nº. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.	14/12/2016
PL 4581/2016	Altera o art.2º da Lei nº 8.857, de 08 de março de 1994, para configurar novos limites as Áreas de Livre e Comércio de Brasília e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, objetivando coincidir os perímetros municipais com as poligonais das atuais áreas incentivadas.	14/12/2016
PL 4633/2016	Acrescenta parágrafo único ao art. 12-A da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	14/12/2016
PL 4917/2016	Altera a multa prevista na alínea "b" do inciso I do art. 169 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.	14/12/2016



PROPOSIÇÕES
REJEITADAS

Proposições Rejeitadas - Total: 30

Proposição	Ementa	Data Tramitação
Junho		
PL 3130/2015	Altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, para estabelecer prazo de 4 (quatro) anos, prorrogável por até 4 (quatro) anos em ato do Poder Executivo, para apresentação de projetos no âmbito do PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores.	15/06/2016
PL 1865/2015	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho a fim de obrigar as empresas com mais de cinquenta empregados a promover anualmente campanhas de esclarecimento sobre planejamento financeiro e prevenção de endividamento.	28/06/2016
Julho		
PL 91/2015	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que "Dispõe a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor", com a finalidade de proteger o consumidor, ao determinar a inclusão da data de vencimento do produto no seu respectivo código de barras, utilizado na sua identificação nas gôndolas e nos caixas de pagamento nos estabelecimentos comerciais.	06/07/2016
PL 4555/2016	Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixar em bancas de revistas ou estabelecimentos similares, em local visível, placa contendo o Art. 78 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).	06/07/2016
Agosto		
PL 5466/2016	Altera a Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, que "Dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre", para estabelecer direitos específicos ao consumidor que adquire ou utiliza serviços de reparo em concessionários de produtores de veículos automotores de via terrestre.	09/08/2016
PL 3239/2015	Dá nova redação ao Art.54 da Lei nº 8.245 de 18 de outubro de 1991 que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.	23/08/2016
PL 3336/2015	Autoriza o Poder Executivo a criar órgão destinado à prestação de orientação aos que desejam constituir as pessoas jurídicas que menciona, no âmbito dos bancos públicos federais, e dá outras providências.	23/08/2016
PL 4833/2012	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos bares, restaurantes e similares de fazer constar de seus cardápios porções reduzidas para as pessoas que foram submetidas a cirurgia bariátrica.	30/08/2016

Proposições Rejeitadas - Total: 30

Proposição	Ementa	Data Tramitação
PL 6024/2013	Dispõe sobre a concessão de descontos no custo de serviços de alimentação a pessoas que tenham se submetido a cirurgias bariátricas.	30/08/2016
PL 3664/2015	Altera a Lei 11.788 de 25 setembro de 2008 que "Dispõe sobre o estágio de estudantes".	30/08/2016
Setembro		
PL 296/2015	Determina que o dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, seja feriado nacional.	13/09/2016
Outubro		
PL 4525/2016	Estabelece que os revendedores varejistas de combustíveis automotivos deverão exibir a relação, em percentual, entre os preços dos combustíveis automotivos etanol hidratado e gasolina.	05/10/2016
PL 4457/2016	Dispõe sobre a proibição de venda de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol e nas suas imediações nos dias de jogos.	11/10/2016
PL 3430/2015	Altera o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, de modo a tornar obrigatória a informação, em local visível, dos impostos incidentes sobre cada produto ou serviço exposto à venda em lojas, mercados e sítios eletrônicos.	19/10/2016
PL 3430/2015	Altera a Lei n. 11.770, de 9 de setembro de 2008, que "Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991", para incluir como hipótese de prorrogação das licenças maternidade e paternidade o nascimento prematuro.	19/10/2016
PL 5440/2016	Altera a Lei n. 11.770, de 9 de setembro de 2008, que "Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991", para incluir como hipótese de prorrogação das licenças maternidade e paternidade o nascimento prematuro.	19/10/2016
PL 5737/2016	Altera a redação do artigo 74º § 2º da Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943, que dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho.	19/10/2016
PLP 217/2016	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.	19/10/2016

Proposições Rejeitadas - Total: 30

Proposição	Ementa	Data Tramitação
Novembro		
PL 5817/2016	Altera as Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A.), e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) para substituir no contexto a expressão "sociedade anônima" por "sociedade por ações".	17/11/2016
PL 6169/2016	Altera os art. 51, § 1º, 52 e cria novo art. 56-A na Lei nº 11.101, de 2005, que "Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária".	17/11/2016
PL 201/2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as empresas distribuidoras de medicamentos, com sede ou atuação no País, colocarem à disposição de todas as drogarias e farmácias os medicamentos genéricos aprovados pelo Governo Federal e dá outras providências.	23/11/2016
PL 1429/2015	Estende a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana para o Município de Mazagão, Estado do Amapá.	23/11/2016
Dezembro		
PL 5831/2009	Dispõe sobre a proibição da produção, importação e comercialização de embalagens, equipamentos e outros produtos para lactentes e crianças da primeira infância que contenham em suas composição a substância química BISFENOL-A (BPA), e dá outras providências.	07/12/2016
PL 6388/2009	Dispõe sobre proibição de utilização de substância tóxica que especifica, na confecção de garrafas e copos descartáveis de plástico, fora dos limites estabelecidos, e dá outras providências.	07/12/2016
PL 1197/2011	Dispõe sobre o controle de substâncias químicas empregadas nos materiais utilizados como continentes e embalagens de alimentos sólidos, bebidas e medicamentos.	07/12/2016
PL 3221/2012	Proíbe os fabricantes de utensílios médicos a usar a substância ftalato nos seus produtos.	07/12/2016
PL 3222/2012	Proíbe os fabricantes de brinquedos a usar a substância ftalato nos seus produtos.	07/12/2016
PL 5483/2016	Dispõe sobre a proibição da utilização da substância bisfenol-A na fabricação e envasamento de alimentos, bebidas, medicamentos, utensílios, embalagens e recipientes.	07/12/2016

Proposições Rejeitadas - Total: 30

Proposição	Ementa	Data Tramitação
PL 6008/2016	Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir a contratação de um percentual mínimo de 20% de trabalhadores da localidade em que as empresas estejam instaladas ou venham a se instalar.	07/12/2016
PL 6347/2016	Dispõe sobre a representação de associados, por procurador constituído, nas assembleias de associações ou cooperativas.	07/12/2016
PL 5565/2016	Dispõe sobre as competências do Inmetro para regular e fiscalizar os instrumentos e meios de medição utilizados por aplicativos de celular utilizados nos meios de transportes, como Uber e similares.	14/12/2016



Eventos

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

DATA	TEMA	REQUERIMENTOS	AUTORES
07/06/2016	Debater sobre a atual situação do COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.	62/2016	Deputado Otávio Leite, Vinícius Carvalho, Renato Molling e Augusto Coutinho
14/06/2016	Debater o impacto econômico no comércio e na indústria em relação ao aumento do índice de desemprego.	61/2016	Adail Carneiro
21/06/2016	Instituir o Dia Nacional da Mulher Empresária	57/2015	Conceição Sampaio e Carmen Zanotto
29/06/2016	Debater a defasagem dos valores repassados pela Caixa Econômica Federal aos agentes lotéricos	73/2016 (CDEICS) 74/2016 (CDEICS) 221/2016 (CFFC) 222/2016 (CFT)	Goulart, Herculano Passos, Keiko Ota, Áureo e Mauro Pereira, Valtenir Pereira, Carlos Melles, Pauderney Avelino e Hélio Leite
05/07/2016	Atuação e desafios das Empresas Juniores, Start-Ups e incubadoras de empresas no contexto do desenvolvimento econômico brasileiro	70/2016	Otávio Leite e Marcos Reategui
07/07/2016	Debater o Projeto de Lei nº 3.016/2015, que "altera a norma referente aos Programas de Participação nos Lucros ou Resultados, para orientar a participação das entidades sindicais nos casos de empresas com múltiplas atividades ou filiais	71/2016	Helder Salomão
07/07/2016	Debater o PL 3453/2015, que "altera a lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, permitindo à ANATEL alterar a modalidade de licenciamento de serviço de telecomunicações de Concessão para Autorização	78/2016	Laercio Oliveira
02/08/2016	Esclarecimentos sobre o preço do combustível	77/2016	Adail Carneiro
03/08/2016	Propostas para aumentar a oportunidade de novos negócios entre empresas brasileiras e japonesas	66/2016	Luiz Nishimori
30/08/2016	Debater o PLP nº 41/2015, que "Institui a diferenciação de tamanhos das cédulas e das moedas além da adoção de elementos de identificação tátil em Braille	59/2015	Jorge Côrte Real, Mauro Pereira e Glauber Braga
13/09/2016	Debater sobre a instituição da padronização de tamanho de peças de vestuários, matéria objeto do PL nº 2902/15	72/2016	Helder Salomão e Marcos Reategui

DATA	TEMA	REQUERIMENTOS	AUTORES
04/10/2016	Debater sobre a comercialização de alimentos em espaços públicos em Food Trucks, matéria objeto do Projeto de Lei nº 3.954/2015	76/2016	Adail Carneiro
22/11/2016	A defesa comercial Brasileira sob a ótica da nova composição da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX	87/2016	Renato Molling e Mauro Pereira
24/11/2016	A cadeia produtiva do Cacau	88/2016	Helder Salomão
29/11/2016	Definir o prazo máximo para o exame de pedidos de marcas e patentes, matéria objeto do PL 3.406/2015, que altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996	69/2016	Helder Salomão
DEBATES SETORIAIS			
DATA	TEMA	REQUERIMENTOS	AUTORES
15/06/2016	Serviços Financeiros	68/2016	Laércio Oliveira
12/07/2016	A atuação do Tribunal de Contas da União nas obras públicas	68/2016	Laércio Oliveira
13/07/2016	Sistema Imobiliário Urbano	68/2016	Laércio Oliveira
SEMINÁRIOS			
DATA	TEMA	REQUERIMENTOS	AUTORES
06/12/2016	Impactos da proposta de Reforma do PIS/COFINS sobre os setores de serviços	68/2016	Laércio Oliveira
OUTRO EVENTO			
DATA	TEMA	REQUERIMENTOS	AUTORES
14/12/2016	Visita Oficial de Parlamentares da Casa dos Representantes da República da Indonésia		



Emendas orçamentárias

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS AS LEIS
ORÇAMENTARIAS PLN 0002/2016 - LDO

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

EMENTA

01 - Cidades Digitais

PROGRAMA

2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

AÇÃO

212N Implementação de Projetos de Cidades Digitais

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

ACRESCIMO DE META

Município atendido (unidade)

100

JUSTIFICATIVA

Estados e municípios brasileiros interessados em desenvolver infraestrutura para implementação de Cidades Digitais contam com nova iniciativa do governo federal. de Fomento à Elaboração e à Implantação de Projetos de Inclusão Digital. São três as modalidades previstas: Infraestrutura para Cidade Digital, Informatização de Escolas Públicas e Implantação de Telecentros.

Na modalidade Cidade Digital, o objetivo principal é dar apoio à implementação de redes sem fio ou híbridas que interliguem órgãos e instituições governamentais, para aumentar a eficiência administrativa e implantar serviços públicos eletrônicos. Além disso, o projeto pretende integrar comunidades rurais e urbanas e difundir o conceito de trabalho em rede e comunidades virtuais de aprendizagem.

Tais iniciativas visam potencializar a educação, turismo e acesso a informação por parte dos cidadãos.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5015 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS AS LEIS
ORÇAMENTARIAS PLN 0002/2016 - LDO

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

EMENTA

02 - Inclusão Digital

PROGRAMA

2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

AÇÃO

202B Apoio a Iniciativas de Inclusão Digital

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

ACRESCIMO DE META

Iniciativa apoiada (unidade)

100

JUSTIFICATIVA

O Ministério da Ciência e Tecnologia tem promovido a inclusão digital com foco no social, proporcionando o desenvolvimento de competências nos municípios brasileiros, o acesso à tecnologia e o incentivo à pesquisa em ciência e tecnologia, permitindo o desenvolvimento local e social a partir da inclusão digital de uma forma completa e multidisciplinar, causando impacto nas realidades mais carentes e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

O programa foca a implementação de Telecentros no qual o público alvo recebe capacitação em informática básica e navegação na rede mundial de computadores, o que contribui para a melhoria da educação e aperfeiçoamento de mão de obra.

Tais iniciativas visam potencializar a educação, turismo e acesso a informação por parte dos cidadãos.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5015 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS AS LEIS
ORÇAMENTÁRIAS PLN 0002/2016 - LDO

ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

EMENTA

03 - CDEICS - Micro e pequenas empresas (desenvolvimento)

PROGRAMA

2047 Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil

AÇÃO

210C Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

ACRESCIMO DE META

Empresa apoiada (unidade)

1.500.000

JUSTIFICATIVA

A emenda em tela visa colocar dentre as prioridades e metas do Poder Executivo a execução de atividades de apoio e desenvolvimento de projetos que permitam o aumento da lucratividade dos microempreendedores individuais, dos artesãos, das micro e pequenas empresas; qualificação dos artesãos, micro e pequenas empresas, empreendedores individuais e potenciais; assessoramento, orientação, formulação e coordenação da política nacional de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte, visando o fortalecimento e expansão desses segmentos.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5015 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS
ORÇAMENTÁRIAS PLN 0018 / 2016 - LOA

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital

MODALIDADE DA EMENDA

Comissão

TIPO DE EMENDA

Assoç.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTARIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTARIA PRETENDIDA

M.CiênciaTec.Inov.Comunicações

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

19.126.2021.20V8.0001

Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

250

ACRESCIMOS A PROGRAMAÇÃO(EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	40 (Transf. a Municípios)	1	100.000.000
TOTAL			100.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATORIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	100.000.000
TOTAL						100.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa apoiar a inclusão digital nos municípios Brasileiros, que hoje não possuem infraestrutura mínima para o acesso à educação digital.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5015 - Com. Des Econômico, Ind. e Comércio

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS
ORÇAMENTÁRIAS PLN 0018 / 2016 - LOA

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

Exército Brasileiro - CDEICS - Projeto de modernização da infraestrutura de apoio à produção de material de emprego militar

MODALIDADE DA EMENDA

Comissão

TIPO DE EMENDA

Aprop. Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

IMBEL

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

05.153.2058.4528.0001

Produção de Material de Emprego Militar

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Material produzido(unidade)

QUANTIDADE

569.539

ACRESCIMOS A PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	02	50.000.000
TOTAL			30.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATORIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0 2	30.000.000

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista as atribuições da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) estabelecidas no Art 32, inciso VI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, apresentamos a presente emenda ao PLOA 2017, que objetiva modernizar a infraestrutura de apoio à produção de material de emprego militar da IMBEL.

A Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL é uma empresa pública dependente, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército. Sua origem remonta à chegada da Família Real ao Brasil em 1808, com o estabelecimento da primeira unidade fabril estratégica, a Real Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas no Rio de Janeiro. Por isso é considerada a “Primeira Empresa de Defesa do Brasil”.

Dentre os diversos produtos fabricados e comercializados pela IMBEL, alguns deles de emprego dual, destacam-se, na área de defesa civil, equipamentos-rádio e Sistemas de Abrigos Temporários de alto desempenho (SATi), e explosivos civis e diversos, iniciadores e outros acessórios explosivos, e na área de defesa e segurança pública, fuzis de assalto e carabinas 5,56IA2, pistolas de diferentes calibres e características, e facas. Destacam-se, ainda, como de emprego militar, o sistema computadorizado para direção e coordenação de tiro de artilharia; munições de grande calibre para morteiros, canhões e obuseiros; pólvoras, e explosivos militares.

A IMBEL é um conglomerado de 05 (cinco) fábricas, dispostas em três Estados da Federação – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, cujos produtos resultam de processos industriais diferentes (químicos, mecânicos e metalúrgicos). A empresa possui, ainda, uma Central Hidrelétrica (PCH), interligada ao Sistema Nacional de Energia para fornecimento de energia excedente. Duas das fábricas (Magé-RJ e Piquete-SP) e a Central Hidrelétrica (Wenceslau Braz-MG) estão situadas em importantes sítios ambientais, tendo sob sua responsabilidade extensas áreas e sérios compromissos de preservação e sustentabilidade.

Em seu planejamento estratégico, a IMBEL dedicou atenção especial a sua missão de “Desenvolver e produzir material de defesa e de segurança e seus derivados

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

para uso civil, integrando a Base Industrial de Defesa Nacional." Dessa forma, o projeto em questão tem como objetivo ampliar a capacidade produtiva da IMBEL, em sua missão precípua de fabricar produtos de Defesa para o Brasil.

Os investimentos envolvidos no projeto oferecerão, como benefício adicional, a ampliação da capacidade do Exército para ações como a proteção da sociedade em grandes eventos, o apoio à Defesa Civil, e a proteção ambiental. Além disso, os investimentos contribuirão para a manutenção de cerca de 2.200 empregos qualificados, com mais de 10 mil pessoas diretamente impactadas e também a geração de importantes benefícios na adequação e construção de infraestrutura moderna para a produção de material de defesa e segurança, atendendo as legislações vigentes das áreas ambiental, trabalhista e de segurança do trabalho. Garantir, ainda, importante aporte de recursos físicos para os municípios onde estão localizadas suas fábricas, em especial nas cidades de Itagimã-RJ, Piquete-SP, e Itajubá-MG, cujas economias dependem em grande parte dessas fábricas. As Unidades de Produção da IMBEL são, em última análise, vitais para o desenvolvimento social dessas comunidades.

Em 2008, com a entrada da IMBEL no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, a empresa passou a ser dependente do Tesouro Nacional e a receber aporte regular de recursos para o pagamento de pessoal e de recursos adicionais para investimentos estratégicos voltados para a recuperação e modernização da capacidade produtiva. A empresa vem buscando a situação de equilíbrio, a ser obtida com uma maior produtividade.

A IMBEL não dispõe de outros recursos que possam ser carreados para o Projeto de Modernização de sua infraestrutura. Assim sendo, a empresa só poderá fazer frente à acentuada demanda reprimida por produtos de defesa das Forças Armadas, seu principal cliente, se tiver aumento de produtividade, resultado que depende diretamente de recursos específicos para a modernização pretendida.

A manutenção dos recursos já previstos para a IMBEL no PLOA/2017 retardará significativamente a implantação do Projeto, mantendo a situação atual de deficiências

ESTE RELATORIO E APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5015 - Com. Des Econômico, Ind. e Comércio



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS
ORÇAMENTÁRIAS PLN 0018 / 2016 - LOA

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

JUSTIFICATIVA

na infraestrutura da IMBEL. Sujeita às exigências das legislações Ambiental e de Segurança do Trabalho, a empresa tem como vulnerabilidade ter os seus serviços interrompidos total ou parcialmente por determinações judiciais, fatos esses que provocarão sério impacto social, econômico, político, à segurança nacional e à própria sociedade.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS
ORÇAMENTÁRIAS PLN 0018 / 2016 - LOA

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

Fomento ao Setor Agropecuario - CDEIC

MODALIDADE DA EMENDA

Comissão

TIPO DE EMENDA

Aprop. Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTARIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTARIA PRETENDIDA

M. Ag., Pec. e Abastecimento

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

20.608.2077.20ZV.0001

Fomento ao Setor Agropecuário

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

100.000

ACRÉSCIMOS A PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	40 Transf. a Municípios	3	50.000.000
4 Investimentos	40 Transf. a Municípios	3	100.000.000
TOTAL			150.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	150.000.000

JUSTIFICATIVA

Com esta emenda pretendemos junto a comissão;

Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas (GND 4);
 o Aquisição de patrulha mecanizada para a manutenção de estradas vicinais (GND4); o Aquisição de máquinas e equipamentos para a agroindústria (GND4);
 o Manutenção e conservação de estradas vicinais (GND3);
 o Adequação ou readequação de estradas vicinais (GND4); o Construção de matadouro municipal (GND4);
 o Construção ou reforma de mercado para produtos agropecuários (GND4); o Construção de casa do produtor rural (GND4);
 o Construção de entreposto de comercialização de produtos agropecuários (GND4); o Construção de feira livre para produtos agropecuários (GND4);
 o Construção de barracão para atividades de divulgação inovações para pequenos produtores rurais (GND4);
 o Construção de centro de treinamento (GND4);
 o Construção de centros comunitários para atividades agrícolas (GND4);
 o Construção ou reforma de parque de exposição agropecuária (GND4);
 o Construção de central de comercialização de produtos agrícolas (GND4);
 o Formação de pomares, hortas, viveiros, lavouras comunitárias (GND3 E/OU GND4);
 o Apoio à realização de eventos agropecuários (exposições, feiras, seminários, palestras, oficinas, fóruns, convenções, cursos técnicos, entre outros) (GND3);
 o Correção de solos, Calagem (GND3);
 o Elaboração de projeto de desenvolvimento sustentável da produção agropecuária (GND3);
 o Implementação ou execução de projeto de desenvolvimento sustentável da produção agropecuária (GND3 E/OU GND4).

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA A CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5015 - Com. Des Econômico, Ind. e Comércio

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA



CONGRESSO NACIONAL
 COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
 SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS
 ORÇAMENTÁRIAS PLN 0018 / 2016 - LOA

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

Fortalecimento de Micro e Pequenas Empresas - CDEIC

MODALIDADE DA EMENDA

Comissão

TIPO DE EMENDA

Aprop. Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTARIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTARIA PRETENDIDA

Presidência da República

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

23.691.2047.210C.0001

Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Empresa apoiada(unidade)

QUANTIDADE

50.000

ACRESCIMOS A PROGRAMAÇÃO(EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	3	50.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	3	50.000.000
TOTAL			100.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATORIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	100.000.000
TOTAL						100.000.000

JUSTIFICATIVA

Execução de atividades de apoio e de incentivo ao desenvolvimento de projetos; implantação de sistemas e aplicativos de tecnologia da informação; qualificação dos artesãos, micro e pequenas empresas, empreendedores individuais e potenciais; assessoramento, orientação, formulação e coordenação da política nacional de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte, visando o fortalecimento e expansão desses segmentos.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5015 - Com. Des Económico, Ind. e Comércio





CDEICS

Comissão de
Desenvolvimento
Econômico, Indústria,
Comércio e Serviços